



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Mahyona Fernandes Bwock

A CRISE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU 1998-2012

BRASÍLIA - DF

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Mahyona Fernandes Bwock

A CRISE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU 1998-2012

Monografia escrita como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Aninho Mucundramo Iracahande

Brasília – DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Mahyona Fernandes Bwock

CRISE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU 1998 -2012

Monografia escrita como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Aninho Mucundramo Iracahande

Brasília - DF

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que me acompanharam e me ajudaram a trilhar esta longa caminhada, pois sem eles não seria possível realizar esse sonho e chegar até aqui, em especial: meus pais Joaquim Mahoro Correia Bwock e Maria Olímpia Pereira Fernandes por tudo que têm feito por mim.

AGRADECIMENTO

A Deus todo poderoso, pela vida, pelas oportunidades, por ter me dado força e coragem para enfrentar tudo.

Aos meus amados pais, Joaquim Mahoro Correia Bwock e Maria Olímpia Pereira Fernandes pela educação, dedicação, amor e carinho ao longo de todos esses anos e que sempre me incentivaram e confiaram em mim.

Ao Aninho Mucundramo Irachande, professor e orientador desta monografia.

Ao meu querido irmão e minhas queridas irmãs, pelo amor e carinho e por estarem sempre presentes na minha vida.

Aos meus queridos tios e tias, primos e primas, pelo amor e carinho.

Ao meu fiador, professor Mario Ângelo.

A minha fiadora e grande amiga, Suzanne Gomis, por ter me dado força em momentos difíceis e por ter sido uma irmã pra mim.

A família Raul Lima, pelo amor e carinho.

Aos meus professores que têm minha profunda admiração.

A todos os meus amigos/as que estiveram sempre comigo.

E a todos os que participaram direta e indiretamente dessa trajetória.

RESUMO

A Guiné-Bissau passou por momentos de profunda crise política de 1998 á 2012, o tema foi escolhido por que durante esse período, um país que tinha tudo para se desenvolver, como vários outros países, acabou passando por grave crise política que trouxe muitas consequências. O país passou por quatorze anos de crise política e muita instabilidade, constantes golpes, guerra civil dentre outros problemas. Com esse trabalho pretendemos tentar entender as razões e as causas da crise. Se foi causada pelas consequências da colonização, como se sabe, a colonização europeia trouxe muitas consequências para África, ou se está relacionado com a formação do Estado, espelhado no modelo europeu. O que nos chamou a atenção é pelo fato da crise ter durado quatorze anos, sem uma solução que poderia por fim aos sucessivos golpes em um país democrático. Nos últimos anos, foi um dos países da África ocidental com mais golpes de Estado.

Para chegar a conclusão da causa da crise, foi feito uma revisão bibliográfica, baseada nos livros, nas revistas, sites do governo guineense, sites de notícias sobre a África, artigos científicos dentre outros materiais que tratam do Estado moderno, e da política guineense.

Palavra chave: Crise política na Guiné-Bissau. Golpes de Estado. Causas da crise. Guerra civil.

ABSTRACT

The Guiné-Bissau passed for moments of deep crisis politics of 1998 to 2012, the subject was chosen why during this period, a country that had everything will be developed, as several other countries, finished passing by crisis politics that brought many consequences. The country passed per fourteen years of crisis politics, much instability, constants blows, and civil war amongst other problems... With this work we intend to try to understand the reasons and the causes of the crisis. If it was caused by the consequences of the settling, as if it knows, the European settling brought many consequences for Africa, or if it is related with the training of the State, reflected in the European model. What in them it called the attention is for the fact of the crisis to have lasted fourteen years, without a solution that could finally to the successive blows in a democratic country. In recent years, he was one of the countries of occidental Africa with more coup d etat.

To arrive the conclusion of the cause of the crisis, was made a revision bibliographical, based in the book, in you search them, sites of the guineense government, scientific sites of the news on Africa, articles amongst other materials that deal with to the State modern, and the guineense politics.

Key-Words: Crisis politics in the Guiné-Bissau. Coup d etat. Causes of the crisis. Civil war.

LISTA DE SIGLAS

ANP - Assembleia Nacional Popular

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

CDEAO – Comunidade dos Estados da África Ocidental

CFA – Franco da Comunidade Financeira da África

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CPLP – Comunidade dos países da Língua Oficial Portuguesa

MISSANG/GB - Missão Angolana na Guiné-Bissau

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo - Verde

PRS - Partido de Renovação Social

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

Sumário

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTO	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE SIGLAS.....	8
Introdução	9
I – História da Guiné- Bissau.....	11
II – Formação do Estado	21
II.1 Formação do Estado na Guiné-Bissau	31
III – Crise Na Guiné Bissau:	40
IV – As razões do golpe, tentativas e possibilidades:	51
Conclusão	60
Referências Bibliográficas	63

Introdução

A Guiné-Bissau; é um país de ex-colônia portuguesa que se situa no Oeste da África, teve a sua independência em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecido por Portugal apenas um ano depois. Desde a sua independência, o país passou por alguns momentos difíceis na política. Com esse trabalho pretendemos saber em que modelo o Estado guineense se enquadra, e o que levou aos constantes golpes.

Atualmente, o Estado é definido como uma forma de governar sociedades com grandes números de populações; o Estado pode ser encontrado somente em sociedades com muitos grupos formados, com classes sociais e associações, reunindo, sob um mesmo domínio, vários tipos de indivíduos. Uma sociedade com forma estatal de Governo não é, de forma geral, etnicamente homogênea. (KRADER, 1970).

Essa monografia tem como objetivo principal analisar e descobrir quais foram as causas e os motivos dos constantes golpes na Guiné-Bissau de 1998 á 2012, que abalaram profundamente todo território guineense. Analisar se os golpes têm ligação entre se.

Na elaboração do projeto dessa monografia, ao tentar descobrir uma hipótese da crise chegamos á conclusão de que:

“Os constantes golpes na Guiné-Bissau; são produto de um processo precoce da independência” (?) ou “as ambições de poder das elites nacionais constituem as bases das disputas que levaram ás sucessivas crises políticas no país” (?).

Não foi fácil realizar esse trabalho, devido ás dificuldades encontradas na pesquisa de matérias. Enfrentamos grande dificuldade em achar dados verídicos, não existem muitas bibliografias, existe muita divergência de informações nos sites de notícias que tratam dos golpes no país e não existem muitas informações atualizadas; poucos autores escreveram sobre a crise política na Guiné-Bissau e a atual situação política.

O trabalho está dividido em quatro capítulos: O primeiro capítulo; trata da parte histórica do país, para ajudar o leitor a conhecer e se familiarizar um pouco com o país, desde a chegada dos colonizadores, o processo da independência, pós-independência e a situação atual da política, para ajudar a entender o que vai ser tratado ao longo do trabalho.

O segundo capítulo entra no próprio conteúdo do trabalho, pois trata da formação do Estado. Este capítulo está dividido em duas partes: a primeira fala de forma geral, sobre

Estado, o que é o Estado e quais as diferenças que sofreu ao longo do tempo; fala do Estado moderno, seus elementos e modelo. A segunda parte trata do caso específico da Guiné-Bissau, e mostra as diferentes fases na formação do Estado Guineense. Começa falando um pouco de como era a organização social antes da chegada dos colonizadores, ainda trata da formação da elite guineense, para entender como foi formada a elite que vai formar o Estado Guineense; liderar o país logo após a independência. Além disso, mostra alguns pontos importantes da Constituição da República, que ajuda a entender a política do país.

O terceiro capítulo; mostrará detalhadamente o que aconteceu em cada um dos golpes e destituições que aconteceram dentro destes catorze anos, explica desde a guerra de 1998 até o último golpe de 2012. Mostra, de forma mais profunda, a realidade da política no país. O último capítulo; mostrará quais foram as razões para cada um dos golpes, as tentativas e as possibilidades que poderiam ser criadas para evitar os constantes golpes no país.

A última parte é a conclusão, onde será testada a hipótese para tentar entender quais são os motivos dos constantes golpes de Estado, o que realmente está por trás desta profunda crise e instabilidade política no país.

I – História da Guiné- Bissau

O território que atualmente é conhecido como Guiné-Bissau; foi descoberto pelo navegador português Nunes Tristão em 1446, e, em 1950, os navegadores portugueses começaram a fazer o comércio dos escravos, do ouro, do marfim e das especiarias no território. A posse dos portugueses terminou no fim do século XVII, quando os comerciantes ingleses, holandeses e franceses começaram a se interessar pelo comércio de escravos.¹

Ocupa um território de 36.125 km², que se divide em duas partes: a zona continental, que representa por volta de 34.500 km², e o Arquipélago de Bijagós, que envolve o restante. Este arquipélago fica situado na região de Bolama, tem mais de 80 ilhas de navegação tropical densa, é separado do continente por vários canais; muitas dessas ilhas não são povoadas, sendo esta região a maior atração turística do país. A sua superfície habitável é de 24.800 km², com latitude entre 10,55° e 12,40° norte, longitude entre 13,38° e 16,43° oeste, fica situada no oeste da África, faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné-Conakry ao sul, e com o oceano atlântico a oeste, sendo banhada por ele.

Antigamente, os povos que viviam no litoral do território que hoje é conhecido como Guiné-Bissau; foram vítimas da rejeição, nos séculos XIII e XVI, da etnia mandé, que viajou ao centro do país. É bom não confundir a história antiga da Guiné-Bissau com a dos reinos mandingas. Com a desintegração do império de Mali no século XVI, foram criados muitos Estados independentes no Oeste africano antes dominado por Niani (capital do Império do Mali). Entre estes Estados, conta-se o reino de Kaabú, com Kansala como capital. (LOPES, 1982).

O país é plano, de clima tropical úmido, marítimo, com uma temperatura média de 20°C, e duas estações climáticas: uma seca, que começa em novembro e vai até abril, e outra de chuva, que começa no mês de maio e termina em outubro. Na região norte-

¹ www.anp.org.com

leste, o clima é do tipo "sudanês", muito quente e com pouca umidade; na região sul, o clima é do tipo "sub-guineense", com uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. Esta precipitação pode chegar a níveis de 2500 mm no Sul e, no norte, na ordem dos 1400 mm. Nas regiões do leste no interior, existem grandes planícies áridas, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental. O território continental é separado por rios caudalosos como Geba, Cacheu, Corumbal, o Mansoa, o rio Grande de Buba e o rio Cacine, todos com bastantes canais.²

O território conta com várias riquezas minerais, cujas principais são: “reservas avultadas de fosfato e bauxite, há muitos anos concedeu autorizações para prospecção de petróleo *offshore* na zona econômica exclusiva, há várias companhias internacionais; interessadas em promover a extração, transformação e exportação das reservas de rochas ornamentais que detêm rochas ígneas de cor negra (dolorite), rochas ígneas de cor clara (granitos), rochas metamórficas (quartitos)”.³

Apesar dessas riquezas minerais, apenas a agricultura, floresta e pesca contribuem na economia do país, a falta de recursos e por ser um país que ainda está em desenvolvimento, com vários problemas políticos, estas riquezas ainda não são exploradas. Agricultura, floresta e pesca são os que mais contribuem na economia; devido ao solo fértil, o que ajuda na produção de uma grande variedade de frutas e legumes, o setor da agricultura é o mais importante para economia guineense, 52.5% abrange ⁴77% dos 52% da população ativa. Os produtos agrícolas mais produzidos são: arroz, frutas frescas e castanhas de caju.

O país é dividido administrativamente em oito regiões e um setor autônomo: regiões Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau, que é a capital do país. Essas regiões dividem-se em 37 setores, que se dividem em seções compostas pelas aldeias. Na região de Biombo, existem setores de Quinhamel, Safim e Prábis; na região de Cacheu, existem setores de Cacheu, Canchungo, Bula, São Domingos, Bigene e Caió; na região de Oio, existem setores de Farim, Bissora, Mansoa, Nhacra e Mansaba; na região de Bafatá, existem

²<http://www.stat-guinebissau.com/>

³http://www.stat-guinebissau.com/pais/informacao_pratica.htm

setores de Batafé, Contuboel, Bambadinca, Galomaro, Xitole e Gamamuda; na região de Gabú, existem setores de Gabú, Sonaco, Pirada, Picthe e Boié; na região de Tombali, existem setores de Catió, Bedanda, Cacine, Forrea; na região de Quinara, existem setores de Fulacunda, Tite, Buba e Empada; na região de Bolama, existem setores de Bolama, Bubaque e Caravelas. (LOPES, 1982).

Na zona sul do país, na região de Tombali, existe a mata do Cantanhez, que é formada pelo maciço florestal “que se perlonga a leste para a República da Guiné”, onde se encontram as maiores florestas do país.

Quando os portugueses chegaram ao território, aproveitaram da existência de várias etnias que ali viviam, procuraram criar rivalidades entre elas, “fundamentando sua posição em falsa teoria de superioridade racial”, para facilitar as suas instalações e exploração do território. Eles levavam algo em troca para poderem ser aceitos facilmente e, com isso, conseguiram influenciar os fulas facilmente.

“Enquanto certos grupos e chefes importantes se aliaram ao colonizador, outros resistiram nas aldeias para impedir a entrada dos portugueses, alguns antigos integrantes das Forças Armadas Locais grupos civis encarregados de defesa das tabancas guardam as carabinas que receberam das mãos de Amílcar Cabral, durante a luta muitos atravessaram a fronteira e foram a Conakry procurar a sede do Partido para receber instruções militar e política numa organização ainda clandestina”. (AZVEDO e RODRIGUES, 1978:78).

Portugal enfrentou uma resistência muito grande á colonização, embora a capital do reino de Kabú fosse parar nas mãos dos fulas em 1867, desagregando o principal Estado autóctone. Entre 1884 e 1885, foi realizada a conferência de Berlim, onde decidiram fazer a partilha da África. Nessa partilha, Portugal teve autoridade territorial sobre a Guiné, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. (LOPES,1982).

Quando as fronteiras da Guiné portuguesa foram definidas, em 1886, era necessário ocupar e controlar o território. Assim, foi lançada a famosa campanha de pacificação, que prevalece por muito tempo. Todavia os portugueses não conseguiram pacificar certas regiões como o Arquipélago dos Bijagós.

“Nesta guerra travada com os meios desproporcionais, distingue-se um chefe de etnia beafada, de nome Infali Sonco. Ao lado dos portugueses, um capitão se destaca pelos seus massacres, de nome Teixeira Pinto, que organiza, entre 1913 e 1915, a fase final da pacificação”. (LOPES, 1978:21). Depois desse período, instalou-se definitivamente como meio de exploração na Guiné; o grupo português CUF (Companhia União Fabril) obtém da parte do Governo português, em 1927, o monopólio do comércio externo.

No final do século XVI, os portugueses criaram a companhia de Cacheu e de Cabo-Verde, com o objetivo de começar a fazer o tráfico de escravos. Em 1607 o regulo de Guinália deu aos portugueses a ilha de Bolama para se estabelecerem ali e defenderem o território contra ataque dos bijagós, o povo que habita nessa região. A partir do final do século XVI, o aumento de comércio de escravos ajudou definitivamente para desintegração dos reinos do oeste africano, o que facilitava a ação colonialista dos portugueses, que colocavam novos produtos, tornando o mais lucrativo. Além disso, eles conseguiram criar desavença e rivalidade entre etnias.

Por muitos anos, durante o período da colonização, o território da atual Guiné-Bissau foi administrado junto com o arquipélago de Cabo Verde. Em março de 1879, as duas colônias foram separadas administrativamente de Cabo Verde, e a Guiné passou a ser chamada de Guiné-Portuguesa. Os limites da colônia que continuam atuais foram fixados a partir do convênio de 12 de maio de 1886, estabelecido entre Portugal e França. Apenas em 1951, a Guiné mudou de estatuto elevado a categoria de província ultramarina de Portugal, e só adquiriu constituição e autonomia financeira própria depois de quatro anos. Em 1940, Bissau se tornou a capital, substituindo Bolama que, na época, se encontrava em crise e, em 1951, então colônia, foi transformada em província ultramarina de Portugal. (PARENTE, 2007).

No final do século XVI, o comércio de escravos se intensificou; a desintegração dos reinos do Oeste africano favoreceu os portugueses e espanhóis, que estavam explorando as rivalidades étnicas, e introduzindo novos produtos na tentativa de obter um comércio com grande lucro. Foi numa época em que as ilhas de Cabo-Verde estavam desabitadas e, assim, serviram de ponto de apoio do comércio triangular. Os habitantes que estavam ali nessa época são principalmente os escravos vindos da

Guiné. Com o enfraquecimento do comércio triangular, os portugueses resolveram voltar para o comércio de produtos agrícolas.

Durante o período da colonização, havia guineenses e cabo-verdianos que se destacaram, e que, mais tarde, colocariam fim ao colonialismo português, sendo Amílcar Cabral um deles, conhecido como o herói nacional da independência da Guiné e Cabo-verde. Nascido na região de Bafatá, em Guiné-Bissau, em 1924, depois de concluir o estudo primário em Cabo-verde, recebeu uma bolsa de estudo num concurso de casa dos estudantes do império e foi estudar no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. Formou-se em agronomia em 1950. Dois anos depois de terminar o curso, e depois de recusar uma vaga para ser professor assistente no instituto onde estudou, voltou ao país de origem, contratado pelo Ministério do Ultramar como Adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais, e como o responsável pela realização do primeiro Recenseamento Agrícola da Guiné-Bissau.⁵

Durante a época do estudo no exterior, Cabral foi secretário-geral, presidente do Comitê da Cultura e vice-presidente da "Casa dos Estudantes do Império". Durante esse período, conviveu com outros estudantes africanos que estudavam ali, como Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade e Eduardo Mondlane, entre outros que, mais tarde, foram os heróis da independência nos seus países na África. A sua experiência durante esse período que ele viveu fora e a convivência com outros jovens intelectuais africanos foram importantes para a sua formação, e para a construção de sua estratégia política, colocada em prática depois de voltar à Guiné-Bissau, para libertar o seu povo da colonização portuguesa.

Amílcar Cabral também estudava os problemas a respeito do colonialismo português, e participava ativamente na defesa dos interesses dos povos das colônias portuguesas. Em 19 de setembro de 1956, foi criado, em Bissau, o Partido Africano da Independência – PAI, para liderar a frente da libertação da Guiné e de Cabo Verde. Criaram um partido em uma reunião onde estavam presentes Amílcar Cabral, do PAI e Rafael Barbosa, do MLG, onde decidiram dar prioridade à mobilização das massas camponesas. Em outubro de 1960, numa conferência dos quadros das Organizações Nacionalistas, realizada em Dakar, capital do Senegal, PAI passou a ser conhecido

⁵http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200002&script=sci_arttext

como Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). O PAIGC escreve um Memorando ao Governo Português, sugerindo “a liquidação pacífica e legal do colonialismo na Guiné e Cabo Verde”, mas não teve sucesso.⁶

Um dos objetivos do partido era de acabar com a dominação colonial portuguesa, a criação das bases indispensáveis para construção da paz, do bem-estar e do progresso. Em 16 de maio de 1958, foi criado um movimento sindical clandestino, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné UNTG. (AUGEL, 2012).

Em agosto de 1959, houve o “Massacre de Pindjikiti”, que ocorreu devido a uma greve dos trabalhadores do porto de Pindjikiti (marinheiros e estivadores) para reivindicar o aumento salarial e as condições de trabalho. Essa greve foi vista como uma ameaça para as autoridades portuguesas, e os funcionários em greve que faziam manifestação foram recebidos de uma forma muito violenta. Durante essa greve (manifestação), mais de cinquenta estivadores foram mortos e muitos ficaram gravemente feridos. Essa greve foi um dos motivos que levou o PAIGC, depois de várias tentativas para independência por vias pacífica sem sucesso, a recorrer a uma luta armada para pôr fim ao colonialismo português.

Em janeiro de 1963, teve início a luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde que ocorreu em Guiné. Já havia começado quase há dois anos a luta em Angola, o que fez com que os colonizadores portugueses prevenissem possíveis guerrilhas na Guiné e Moçambique, outras duas colônias em África. Por esse motivo, quando a luta chegou á Guiné, a guerrilha encontrou um dispositivo militar português que estava em todo o território.

Essa luta armada teve início com pequenos grupos de guerrilhas, formados por guineenses e cabo-verdianos nas províncias de regiões de mata fechada ou floresta, e também compostos por população camponesa que, cada vez, ganhava mais força e poder de fogo: aprenderam a usar todos os tipos de armas que foram usadas na luta. Na medida em que eles liberavam uma zona, aplicavam a sua política de libertação, pondo fim ao trabalho forçado, e tentavam um novo sistema comercial, além de criarem escolas e postos de saúde.

⁶http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200002&script=sci_arttext

Nas zonas liberais, a população foi estimulada a escolher comitês representativos que tinham o papel administrativo local. Ao ocupar a zona inimiga, implantavam uma política que impedia os colonos a voltar.

Alguns habitantes das ilhas do Cabo-Verde, alguns países africanos e, principalmente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba ajudaram no avanço da luta. O número das tropas do PAIGC foi crescendo cada vez mais. Em 1967, os portugueses não conseguiram bloquear o PAIGC, que também contou com o apoio do partido Frente da Luta pela Independência da Guiné – FLING. Não faltaram os que apoiaram mais ou menos ou abertamente o governo português, mas, apesar dos apoios que Portugal recebeu, de todas as grandes potências ocidentais e pelos outros Estados membros da OTAN, em 1967, o PAIGC alcançou o controle de dois terços da Guiné.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral, o principal líder da independência desses dois países foi assassinado em Conakry. Devido a sua morte, Aristides Pereira passou a liderar o PAIGC e continuou a luta. No mesmo ano da morte do Cabral, no dia 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência da Guiné Bissau, reconhecida por maior parte dos países membros da ONU, mas reconhecida um ano depois por Portugal, somente em 1974, com o fim da ditadura (Revolução dos Cravos) um ano depois. A independência da Guiné-Bissau é comemorada em 24 de setembro. Cabo Verde tomou a independência em 5 de julho de 1975, e, assim, terminou uma das mais longas lutas de libertação nacional na África, a Guiné-Bissau, o primeiro país da colônia portuguesa em África a conseguir a independência.

Quando o país se tornou independente, em 1974, a capital tinha 100 mil habitantes, cerca de 15% da população:

“A infraestrutura urbana não acompanhou o crescimento demográfico; surgiram bairros apertados, sem nenhum planejamento, sem luz, sem água e sem esgoto; casas cobertas de palha cercadas por pântanos, habitadas por camponeses desenraizados sem condições de sobrevivência na zona urbana”.
(AZVEDO e RODRIGUES, 1978: 19).

Depois da independência, quando o PAIGC assumiu o Governo, em setembro de 1974, encontrou o cofre do Estado vazio. O país foi explorado em função dos interesses da metrópole sem uma alternativa de crescimento próprio. Luís De Almeida Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau e Cabo-Verde conservaram o PAIGC como partido político único durante cinco anos, mas separaram depois do golpe de estado de 14 de novembro de 1980, comandado por João Bernardo Vieira (Nino), antigo combatente que também participou na luta de libertação nacional em Guiné, e derrubou Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral. Firma uma desforra dos guineenses contra os cabo-verdianos que, até essa época, dominavam o partido único do país; depois desse golpe, rompeu o projeto e a política de unir os dois países e povos.

Em 13 de novembro de 1980, a Assembleia Nacional adotou uma Constituição que reforça os poderes do presidente da República. Depois do Golpe, João Bernardo Vieira assumiu o poder e, a princípio, continuou a seguir a linha socialista, mas estimulava a neutralidade política.

“Em 1986, Um grupo de balantas, liderados por Paulo Correia, conspiram para derrubar Nino Vieira. São presos, julgados sumariamente e executados. Paulo Correia, herói de Conacri, ex-vice-presidente, [...] Além de Paulo Correia, foram fuzilados Viriato Pã, Braima Bangurá, Biankeré Na Tchanda, Pedro Ramos e N’bana Sambu (12/06). Este episódio sangrento marca o princípio do declínio de Nino Vieira, pois ele deixou de contar com o apoio dos balantas, que constituem a maior e mais combativa etnia da Guiné e aquela que tem mais elementos integrados nas forças armadas”. (CAMPUS, 2012: 53).

Atualmente, a forma do governo na Guiné-Bissau é democracia semipresencial. Sua constituição foi aprovada em 16 de maio de 1984, e revista em maio de 1991; o poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional Popular; o poder executivo é exercido pelo presidente da república, e o governo é dirigido pelo primeiro-ministro.

A taxa do crescimento provisório do PIB real, em 2015, é de 4,7. PIB provisório 2015 é de 639.116 de Fcfa, a taxa de inflação anual provisório 2015 é de 2,0.⁷ Devido às crises que o país está enfrentando desde a sua independência até os dias

⁷<http://www.stat-guinebissau.com>

atuais, considerado um dos mais pobres e mais frágeis do mundo; se IDH de 2014 foi 0,396, ocupando a 17ª posição.⁸

Em agosto de 2015, o país passou por um momento muito conturbado, a relação entre o atual presidente da república, José Mario Vaz, e o ex-primeiro ministro, Domingos Simões Pereira, ambos do mesmo partido (PAIGC), não estava nada boa, os dois não conseguiam chegar a um consenso, o que levou o Presidente da República a demitir o governo de Simões Pereira, que passou a ser primeiro ministro depois de ser eleito nas eleições de 2014, em Guiné-Bissau. Depois de o Presidente ter ido ao Parlamento, em julho de 2015, e dizer que não pretende demitir o governo devido ao desentendimento que estava ocorrendo entre o executivo e o legislativo, José Mario Vaz mudou de ideia no mês seguinte e demitiu o governo liderado por Domingos Simões Pereira, então primeiro ministro, depois que ele não levou em consideração o espírito de reconciliação e apaziguou com o que o Presidente diz ter discursado, que era a remodelação profunda do governo que o presidente vê como uma possível solução para a crise de relacionamento entre os dois que se agravava há quase um ano. O presidente suspeitava do primeiro ministro e do procurador geral da república de que um deles não estava sendo sincero, em relação às pessoas alvos de processos judiciais. Para ele, estavam envolvidas mais de quatro pessoas que Simões Pereira havia mencionado o chefe do Estado informa ao presidente do Parlamento que não acreditou na proposta de remodelação. O conteúdo da reunião foi alegadamente deturpado e revelado pelo presidente do Parlamento em 05 de agosto, onde disse que o governo está em perigo. Isso gerou o debate público, tanto no país como no estrangeiro, sobre a possibilidade do Presidente da República mergulhar o país na instabilidade sem razões pra tal. Em resposta, o Presidente da República, para defender o motivo da demissão do governo, disse:

A crise mostra claramente que o que estava acontecendo era uma falsidade institucional, que ele não sabia como lidar, e que, em um ambiente de trabalho, não seria honesto que não estava existindo uma crise política.

⁸<http://www.mundodageografia.com.br/ranking-de-paises-segundo-idh-segundo-2014/>

O presidente da República fez um discurso à nação onde disse “que uma remodelação governamental não chegava para resolver a crise política no país”. A decisão de o presidente demitir o governo, partiu devido às tensões e divergências entre eles, na forma de governar o país.⁹

⁹<http://www.rtp.pt/rdpafrika/noticias-africa/demitido-o-governo-da-guine-bissau> 4368

II – Formação do Estado

Vários autores falaram sobre a formação do Estado, suas características e seus elementos: Sahid Maluf é um deles. Para falar do Estado, ele mencionou o líder da escola vienense no seu livro “Teoria Geral do Estado”, onde afirma que a ciência política vê o Estado por dois ângulos diferentes: como o objeto de valorização e como realidade social. Do ponto de vista do objeto de valorização, vê-se o Estado como deveria ou não deveria ser e, depois, como realidade social. Apenas na primeira hipótese é que o estudo tem um caráter científico. Nesse caso, o observador se guia pela razão e pode formular os juízos de valores, já na segunda, o observador se guia pela realidade.

Robert e Magalhães, também defendem a ideia da sociedade para conceituar o Estado. Usaram dois ângulos diferentes: para eles, algumas vezes, a palavra Estado é usada em sentido geral para indicar a sociedade, e também é usada em um sentido específico para falar de um órgão particular, que pode ser o governo, ou os elementos do governo.

O conceito do Estado vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Antigamente, esse termo era formado e mantido por força das armas; esse tipo de Estado era conhecido como Estado unitário. Nesse modelo, não existia a divisão territorial e havia forte relação entre o Estado e o poder divino. Nesse tipo de Estado, apenas a divindade consegue impedir a vontade do governador.

Tanto o conceito do Estado como as suas características sofreram mudanças: o Estado moderno tem suas características diferentes das características do Estado do século passado. Antigamente, a “monarquia era absoluta e exercida em nome dos deuses; Os impérios não são Estados nacionais, mas grupamentos humanos heterogêneos; e o poder se concentrava nas mãos de uma única pessoa”. (MALUF, 2010:)

Na idade antiga, a polis era autossuficiente, “a classe política era a elite, essa mesma elite é que tomava parte das decisões do Estado, os cidadãos são por critério de hereditariedade” (MALUF, 2010). Para entender a diferença entre o Estado na idade antiga e nos dias atuais, pode ser utilizada a definição de Maluf, onde ele mencionou a definição dada por Rudolf Smend sobre Estado.

“O Estado atual é uma incessante luta de integração, reflete na sua estrutura forças independentes que congrega e comanda, é um ângulo convergência de todas as forças sociais propulsoras, sob sua disciplina, da felicidade e da ordem, no seio da comunhão, ausculta as tendências, as influencias dos fenômenos da natureza, imprimindo-lhes rumo e ritmo dirigidos á sua finalidade” (MALUF, 2010:21).

Maluf ainda mencionou a definição dos autores norte-americanos, como John W. Burgess. Segundo eles:

“O Estado é uma parte especial da humanidade considerada como unidade organizada”. Thomaz M. Cooley “O Estado é uma associação que atuando através da lei promulgada por um governo investido para esse fim, de poder coercitivo, mantém dentro de uma comunidade territorial delimitada, as condições universais da ordem social”. “O Estado é um agrupamento humano, estabelecido em determinado território e submetido a um poder soberano que lhe dá unidade orgânica”. (MALUF,2010:21).

De acordo com o autor, “a escola técnica alemã considera o Estado como uma realidade jurídica, mas, para outros autores da mesma escola, o Estado é também uma realidade social, embora apenas no tocante da origem do poder que se corporifica definitivamente na organização estatal”.

De acordo com o dicionário de ciência política, Wolfgang Boeckenoferd definiu o Estado moderno como forma histórica determinada.

"Para a nossa geração, reentra agora, no seguro patrimônio do conhecimento científico, o fato de que o conceito de 'Estado' não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX, na base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento a todo o mundo civilizado".¹⁰

¹⁰[http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/DICION%C3%81RIO_DE_POL%C3%8DTICA\[1\].pdf](http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/DICION%C3%81RIO_DE_POL%C3%8DTICA[1].pdf)

O Estado moderno europeu aparece como uma forma de organização do poder historicamente determinado e, enquanto tal, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas historicamente também determinadas e interiormente homogêneas de organização do poder. O elemento central de diferenciação consiste na progressiva centralização do poder segundo uma instância sempre mais ampla que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas.

Segundo Lawrence, o Estado é uma instituição política definida como uma instituição de Governo, e, como tal, existe ao lado de outras instituições da sociedade humana em inter-relação com elas; não é a única instituição política porque existe uma outra maneira de governar a sociedade sem o Estado.

“O Estado deve ser definido em termos de tamanho e da complexidade relativa na sociedade na qual se encontrava e segundo a natureza da autoridade dentro da sociedade; O Estado é o meio de governar sociedades com vastas populações que alcançam muitos milhares e milhões; O Estado é encontrado apenas em sociedades com vários grupos compostos com classes sociais e associações reunindo sob um mesmo domínio muitos tipos de indivíduos uma sociedade que tenha forma estatal de Governo não é de modo geral etnicamente homogênea”. (KRADER, 1970:13).

Não se pode confundir a Nação e o Estado porque são dois elementos diferentes. “A nação é uma realidade sociológica; o Estado, uma realidade jurídica; o conceito da nação é essencialmente de ordem subjetiva, enquanto o conceito de Estado é necessariamente objetivo”. (MALUF, 2010: 15).

A Nação é formada por um conjunto de grupos diversos que se localizam numa região do globo terrestre; outros fatores determinantes lhe dão continuidade como éticos, étnicos, históricos, geográficos, políticos, econômicos etc. Um grupo de pessoas da mesma natureza unidas entre si por vínculos sanguíneos, idioma, religião, cultura e ideais. Nação antecede o Estado e “pode ser definida como substância humana do Estado”. (MALUF, 2010:16).

Apesar de esses dois elementos serem diferentes, e não devem ser confundidos, existe uma relação entre eles. O termo Nação surgiu como “um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos, E, por causa destes laços, torna-se a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional. As dificuldades se apresentam quando se busca definir a natureza destes laços, ou, pelo menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que as determinam”. No dicionário de ciência política os autores contam que:

“A nação é a ideologia de um tipo do Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de nação suscita e mantém; a sua função é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”.¹¹

De acordo com Maluf, o Estado é formado por três elementos fundamentais: a população; o território e o governo. Um Estado é formado a partir da população, ela é o primeiro elemento para formação de um Estado; sem a população, não há que pensar da formação ou existência do Estado.

Maluf citou a visão de alguns autores para falar dos elementos que compõem o Estado para alguns:

“O núcleo básico formador do Estado é caracteristicamente nacional, corresponde a uma unidade étnica, assim se construíram os Estados antigos nacionais, como Israel, Roma, Grécia, China dentre outros, os quais teriam surgido como políticas através dos diversos e sucessivos estágios da formação nacional: família, tribo, cidade e Estado”. Para outros a população entende-se em “sentido amplo e puramente formal como reunião de indivíduos de varias origens, os quais se estabelecem num determinado território com ânimo definitivo e aí se organiza politicamente”. (MALUF, 2010: 23).

A formação humana do Estado deve ser, em regra, uma unidade étnico social que, mesmo entregada por tipos raciais diferentes, vai se desenvolver como unidade política

¹¹[http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/DICION%C3%81RIO_DE_POL%C3%8DTICA\[1\].pdf](http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/DICION%C3%81RIO_DE_POL%C3%8DTICA[1].pdf)

por meio de um processo lento de estratificação de fusão dos elementos no cadinho da convivência social.

Os Estados que foram formados por deliberação ocasional de aglomerados heterogêneo, como os que foram formados por imposição de tratados e convenções internacionais, sempre existiriam de forma precária e tumultuadas. Os Estados que foram criados a partir de uma população nacional homogênea passam muitos anos ostentando um caráter majestoso de eternidade.

Os Estados não nacionais não são imperfeitos; o autor mencionou Del Vecchio para explicar esse modelo de Estado que, segundo ele, “sobrevivem apenas em regras quando tendem a se legitimar defendendo e promovendo a unificação nacional”. Pela regra, o Estado sucede ao processo de formação nacional, ou realiza essa formação com base de sobrevivência. (MALUF, 2010).

Hans Kelsen também falou dos elementos do Estado, onde mostra a diferença entre o Estado e a Nação. Segundo ele, o território é considerado como a forma física, a esfera geográfica da nação, na qual ocorre a legitimidade de sua ordem jurídica.

“A nação como realidade sociológica, pode subsistir sem território próprio, sem se construir em Estado como ocorre com a nação judaica durante cerca de dois mil anos desde a expulsão de Jerusalém até a recente partilha da Palestina, Estado sem território não é Estado”. (MALUF, 2010:15).

O autor também mencionou a visão de Duguit e Le Fur, que mostram uma visão contrária da relação entre o território e o Estado. De acordo com eles, o território não é um elemento fundamental para existência do Estado porque o direito internacional moderno reconhece a existência de Estados sem território, “como caso de Vaticano, depois da unificação italiana do Grão-Priorado de Malta, Abissínia, e todos os governos que se refugiaram em Londres em consequência das invasões do chamado Eixo Roma-Berlim”.

O autor mencionou Queiroz Lima para mostrar que o Estado moderno é rigorosamente territorial; tanto o território como a população e o governo são indispensáveis para a configuração do Estado, e que, sem esses elementos, não pode existir um Estado. O governo, formado por uma delegação e soberania nacional, na opinião metafísica de

acordo com Esmein, da escola francesa: o governo é a própria soberania posta em ação. (MALUF, 2010).

Para explicar o sentido do Governo, o autor utilizou a explicação do Duguit. Segundo ele, o governo tem dois sentidos: o coletivo e o singular; o coletivo é conjunto de órgãos que presidem a vida política do Estado: o sentido singular é o poder executivo, órgão que desempenha a função mais participativa na direção dos negócios públicos. O conceito do governo mostra o exercício do poder. A partir disso, passa a surgir um conflito muito comum entre o governo e soberania. Para o professor Sampaio Doria, os elementos constitutivos do Estado são: população, território e soberania. Na soberania, está implícita a organização governamental.

Assim como Maluf, Robert e Magalhaes também falaram dos elementos do Estado. Para eles, também existem três elementos fundamentais que compõem um Estado moderno: o povo, o território e o poder.

O povo revela o elemento, pessoas na constituição e na existência do Estado; o elemento povo é diferente da população e nação, porque a população é a expressão numérica, demográfica ou econômica que não traz um vínculo entre a pessoa e o Estado e a Nação, porque a Nação denota apenas a relação de pertencer a determinada comunidade histórico-cultural. Povo pode ser definido como sendo “um prisma político, denotando o quadro humano “sufragante” que se politizou, como corpo eleitoral”. O povo de um Estado Nacional aparece com ideia do sentimento de pertencer a determinado Estado.

No caso do território, mostra que é o espaço geográfico do poder do Estado onde inclui terras firmes, como as águas ali compreendidas, o mar território, o subsolo, a plataforma continental e o espaço aéreo.

A Noção do território como um componente necessário do Estado só surge com o Estado Moderno. Robert e Magalhães mencionaram Dalmo Dallari para explicar a necessidade de incluir o território como elemento do Estado indispensável para sua existência. Na visão de certos autores, o território é um elemento muito importante na construção do Estado, por ser um dos elementos indispensáveis e ativos do Estado, e um dos materiais indispensáveis, para outros, é um meio como condição necessária exterior ao Estado.

Os Estados se classificam tradicionalmente, em sua conformação territorial, em: Estado Unitário e Estado Federal. Os Estados Unitários podem ser classificados em: Centralizados ou puros/descentralizados. Estados Compostos: União Pessoal, união pela confederação, e federação. Para classificar o Estado de forma mais adequada á realidade atual e perceptível nas constituições de Estados Nacionais e Estados membros: Estado Unitário classificam se em: simples, desconcentrado e descentralizado; Estado regional; Estado autônomo e Estado Federal: Centrípeto ou centrífugo, de dois níveis ou três, e simétrico ou assimétrico.

Segundo os autores, o Estado Unitário é aquele que tem somente uma esfera de poder, o legislativo, executivo e judiciário. Atualmente tem três configurações diferentes: O Estado Unitário simples, o Estado Unitário desconcentrado e Unitário descentralizado.

“O modelo simples do Estado Unitário não dividido em regiões administrativas desconcentradas ou descentralizadas, não é encontrado devido ao grau acentuado de centralização que dificulta a administração do território e centraliza de maneira excessiva e pouco democrática, as questões relativas ao judiciário, ao legislativo distante do povo e das realidades locais e principalmente do governo e da administração pública”. (ROBERT e MAGALHAES, 2002: 29).

Nesse modelo de Estado, existem entes territoriais autônomos, que têm a personalidade jurídica própria e a capacidade de decisão em determinadas questões sem a que o poder central precise interferir, democratiza a administração pública de modo a tornar mais próximo da população das regiões e das cidades. Em relação ao poder executivo, não existe possibilidade de descentralização, conferindo autonomia legislativa sem eliminar Estado Unitário e o transformar em um Estado regional autônomo federal.

O Estado Unitário Simples é um modelo, mas que só pode ser possível em microestados ou em Estados que fazem parte de uma federação de três níveis, por existir uma descentralização dos municípios como entes federados por determinação da Constituição Federal como acontece no Brasil. Nos modelos Federais de dois níveis, os Estados membros descentralizam competências através de leis estaduais que organizam os municípios como entidades autônomas, como acontece na Alemanha e no Brasil.

O Estado Unitário Desconcentrado caracteriza-se pela divisão do território do Estado em diversas regiões ou em outras divisões territoriais menores como departamentos, comunas e “arrondissements” como acontece na França. “Havendo apenas a desconcentração em cada divisão territorial haverá um representante de poder central, sendo que podem haver divisões territoriais uma dentro da outra”.

Assim, o Estado Nacional pode dividir-se em regiões, e essas, em departamentos, e estes, em comunas, estas, de acordo com a dimensão, em regionais distritos “arrondissements” ou outro nome que pode ser dado para designar a última subdivisão.

Com a desconcentração em alguma dessa divisão com a finalidade administrativa, haverá um representante do poder central que não poderá tomar nenhuma decisão autônoma, tendo a função de levar ao poder central as questões que sejam de interesse das diversas esferas de divisão territorial para decisão final, permitindo, assim, que a decisão central possa ocorrer sobre bases de informações e verdadeiras reivindicações de cada divisão territorial, aproximando o poder central da população, mas, por outro lado, sobrecarregando este mesmo poder central, criando uma imensa burocracia, o que torna o Estado lento. Um território pode ter muitas divisões com finalidades diferentes; no entanto, uma divisão territorial com o objetivo de desconcentrar ou descentralizar a administração pública territorial pode ser diferente daquela adotada para finalidade jurisdicional ou para desconcentração dos tribunais com a sua regionalização.

“Hoje, no mundo, os Estados nacionais têm caminhado para a descentralização, sendo que aqueles que ainda não adotaram tipos de Estados federais regionais ou autonômicos adotam a forma de Estado Unitário descentralizado nas mais recentes legislações (como França) caminhando com passos largos em direção a uma descentralização cada vez maior descentralizada pelo Estado Regional no modelo Italiano ou pelo Estado Autônomo no modelo Espanhol”. (ROBERT e MAGALHAES, 2002:29).

Tendo em vista as diversidades culturais, distância, diferença de graus de desenvolvimento, alguns Estados Nacionais como Portugal e França, que se encaixam em Estados Unitários descentralizados, têm tratamento diferente para certas regiões com um grau maior de autonomia. Quando isso acontece, essas regiões especiais têm competências administrativas e legislativas, o que caracteriza a descentralização

legislativa e administrativa, como no caso das ilhas de Açores e Madeira, em Portugal, que se tornaram regiões autônomas pela constituição portuguesa de 1976.

No caso do Estado Unitário Desconcentrado, acontece somente a desconcentração administrativa territorial. Nesse modelo, são criados órgãos territoriais desconcentrados que não possuem personalidade jurídica própria, não são autônomos porque não têm a competência de tomar decisão sem poder central. A desconcentração pode acontecer nos seguintes níveis: municipal apenas, ou também em nível regional e/ou departamental, ou qualquer outra esfera de organização territorial. Esse modelo traz uma proximidade entre a administração e a população e outros problemas que acontecem nas diferentes esferas territoriais. “Os Estados democráticos avançados não adotam mais este modelo que permanece apenas em Estados autoritários”. (ROBERT e MAGALHAES, 2002).

Para falar do processo da administração territorial, Estado Unitário Descentralizado, é bom trazer a visão dos dois autores sobre isso. Para eles:

“Adotaram a descentralização territorial, regiões, departamentos, comunas, municípios e outros, as personalidades jurídicas próprias transferem competências administrativas para estas esferas admitindo que naquelas competências administrativas que foram transferidas por lei nacional a estes entes não seja necessário se reportar ao poder central, não sendo nem mesmo possível a intervenção do poder central na competência dos entes descentralizados, o poder central mantém a estrutura desconcentrada ao lado da estrutura descentralizada para o exercício de suas competências, quanto mais competências forem transferidas para entes descentralizados mais ágil a administração e mais democrática”. (ROBERT e MAGALHAES, 2002:29).

Quando se fala do Estado Unitário descentralizado, é bom lembrar que existe uma diferença entre o modelo do Estado Unitário descentralizado e o Estado Regional. Essa diferença acontece tanto no nível de descentralização ou no número de competências que foram transferidas às regiões, assim como nas competências que foram transferidas.

No Estado Unitário descentralizado, existe apenas a transferência de competências administrativas, e no Estado Regional, as regiões têm muitas competências legislativas e jurisdicionais.

No Estado Regional, a descentralização ocorre de cima para baixo, onde o poder central transfere, através de lei nacional, competências administrativas e legislativas. No Estado Regional, o poder central dá autonomia ampla e, ao mesmo tempo, reduz essa autonomia administrativa e legislativa. A forma tradicional de classificar o Estado entre Estado Unitário e Estado Federal não está mais relacionado pelo fato de existirem novas formas de organização territorial descentralizada.

Para a existência e permanência de um Estado nacional, o povo nacional, como elemento constitutivo do Estado, deve ser entendido como conjunto de pessoas que fazem parte do Estado, que compartilham mesmos valores que os fazem sentir integrantes do Estado nacional, ou seja, pessoas que compartilham a mesma crença em determinado Estado nacional. Por isto, em Estados onde existem várias línguas étnicas ou várias etnias, é necessário levar em consideração o nacionalismo. O livro de Robert e Magalhães, “Teoria do Estado Democracia e Poder Local”, explica isso:

“que por sobre o sentimento de ser galego, basco, catalão existe o sentimento básico de ser espanhol. Este sentimento de ser parte de um estado nacional é um sentimento recente, surgindo com a formação dos Estados nacionais e é construído a partir de determinados pontos de aglutinação que podem ser desde uma origem étnica comum, o que é pouco comum ou através de valores compartilhados que podem ser construído a partir de um passado histórico comum, um projeto político comum, uma religião comum, um idioma comum algum fator que possa identificar as pessoas como integrantes de uma crença coletiva no Estado nacional”. (ROBERTO e MAGALHAES, 2002: 33).

Para que um Estado possa ser considerado Estado nacional, é necessário que tenha um desses elementos; sem a presença desses elementos, o estado nacional está fadado a seu esfacelamento. (ROBERT E MAGALHAES, 2002).

II. 1 Formação do Estado na Guiné-Bissau

Ao falar da formação do Estado na Guiné-Bissau, é bom lembrar que, antes da colonização da África, já existiam organizações sociais bem estruturadas e impérios. Esses impérios realizavam comércio entre si e com alguns países da Ásia. Nessa época, o território que atualmente é conhecido como Guiné-Bissau fazia parte do império de Mali e do Reino de Gabu. Partes destes reinos, que continuaram até o século XVIII, possuíam territórios que já estavam sob domínio do Império Português desde o século XVI, sendo essa região conhecida como Guiné Portuguesa.

O país se tornou independente em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecido por Portugal um ano depois, em 1974, e passou a ser conhecido como Guiné-Bissau, para não confundir a Guiné com a antiga Guiné Francesa.¹²

Com a independência, os responsáveis pela luta de libertação nacional (PAIGC) formaram um Estado espelhado no modelo do Estado moderno ocidental, e tentaram enquadrar esse modelo que foi trazido da Europa; isso não aconteceu apenas em Guiné; todos os Estados africanos foram espelhados no modelo europeu. Só que o Estado moderno africano, mesmo sendo espelhado no modelo europeu, ainda possuía algumas diferenças devido a divergências étnicas.

Depois de três anos de governação, o PAIGC não mudou o modelo, continuou sendo um partido exclusivamente nacionalista, formado por muitas tendências; não teve novos pensamentos políticos, permanecendo com o pensamento político de Amílcar Cabral como diretriz para o Governo e como o fator da unidade nacional.

Cardoso mostra como era a relação do partido com o Estado após a independência e alguns dos problemas que o Estado da Guiné enfrentou no começo da formação do Estado no país.

“A importância dada ao PAIGC em relação ao Estado tem sido apenas histórica em muitos aspectos; a explicação é fácil [...] Depois da libertação foi dada prioridade ao Estado na distribuição de quadros, a falta de dirigentes capazes obrigou a maioria a acumular cargos no

¹²<http://www.independenciaslusa.info/ficha-guine-bissau/>

Governo e no partido na Guiné e em Cabo Verde; essa situação resultou da necessidade de fazer funcionar os mecanismos do Estado de montar uma nova estrutura (CARDOSO, S/D:8).

Apesar de o país seguir modelo de Estado moderno espelhado no modelo europeu, que é o Estado Unitário, podem ser verificadas algumas diferenças nesse Estado, já que se trata de um modelo que foi aplicado em um país com realidade diferente da Europa. No país, a elite política que participou no início da formação do Estado é, em grande parte, formada pelos responsáveis pela luta de libertação nacional. O Estado na Guiné passou por vários problemas desde o início da sua formação, que serão citados mais a frente.

É importante ressaltar que, quando os portugueses chegaram ao território, houve resistência por parte dos povos de várias etnias que ali viviam que tinham uma organização social.

Carlos Cardoso citou Amílcar Cabral para falar da formação do Estado na Guiné. De acordo com a sua análise, a classe que surgiu durante a colonização demonstrou a capacidade de conduzir o processo e política de descolonização, mas não conseguiu dirigir o país para o desenvolvimento social e econômico e nem mostrou a capacidade para democratizar o país. Isso quer dizer que a Guiné não é um país democrático na prática. Partes dessa classe dominaram o poder político durante mais de três décadas, a formação dessa elite política foi muito influenciada pelo colonialismo.

Existem literaturas que falam sobre a inserção dos países africanos no mundo globalizado, mas essas literaturas deixam de lado o comportamento dessas elites em um mundo globalizado. Normalmente, as pessoas que ocupam esses cargos, ou seja, os chefes dos Estados africanos são pessoas que graduaram no exterior onde acabam conservando laços fortes com o mundo ocidental, mas as constituições destas novas elites, voltadas para o exterior, não conseguiram mudar a estrutura das sociedades rurais, que permanecem na periferia dos centros urbanos.

Para falar da formação do Estado na Guiné-Bissau, é importante ver um pouco sobre a formação da elite política no país, que formou o Estado guineense após a independência.

“A história de formação da elite política guineense é feita de continuidades e descontinuidades, mas é marcada, sobretudo por

rupturas sucessivas, consubstanciadas em três momentos importantes: a implantação efetiva do colonialismo; o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional e a vaga de liberalização que teve início nos anos 80 e culminou com a abertura ao pluralismo político.”. (CARDOSO, S/D : 10).

Segundo Cardoso, os historiadores dizem que, quando os europeus chegaram à costa da Guiné, encontraram os povos autóctones, formados em grupos étnicos mais um pouco fechado. Cada grupo vivia em determinada região, tinha uma organização social e política adequada e uma economia de subsistência que garantia relativa autonomia a cada um deles. Com a chegada dos europeus, uma nova forma de organização política foi levada a eles, sendo, mais tarde, aplicada no país. Isso fez com que o sistema político das sociedades encontradas no país fosse perdendo força com o tempo.

“A evolução do sistema político destas sociedades, sabe-se que cada uma delas produziu uma forma específica de organização do poder que, entre outros aspectos, era o reflexo do grau e da sua forma de estratificação social. Se excetuarmos a influência das sociedades islamizadas, podemos identificar três traços distintivos que marcavam estas sociedades do ponto de vista da sua organização política: fraca estratificação e hierarquização política; baixo nível de centralização do poder político e uma fraca e até ausente elite política digna desse nome”. (CARDOSO S/DA: 11)¹³.

As sociedades autóctones conviveram com outros povos e grupos étnicos com a organização econômica, social e política de características distintas. Dentre eles, dois se destacaram na evolução histórica da região: os Fulas e os Mandingas¹⁴.

A história da relação entre os fulas e os mandingas, mudou o cenário político na região. Entre estas etnias, os mandingas tiveram mais influência sobre as outras.

“Muitos estudiosos falarem do fenómeno de mandinguização para resumir esta forte influência cultural e política, que foi extensiva a uma parte considerável da região, abarcando muitas etnias que pagavam tributo ao reino mandinga de Kaabu. No decorrer do século XVIII existiam cerca de setenta a oitenta reis e chefes tradicionais diferente que reinavam antigamente no território que hoje é Guiné-

¹³http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/cea_op_cardoso_elite.pdf

¹⁴http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/cea_op_cardoso_elite.pdf

Bissau, mas todos estavam submetidos, de uma maneira ou doutra, ao reino mandinga”. (CARDOSO, S/D: 11).

A sobrevivência da elite política das sociedades “tradicionais”

“importa referir que não obstante a política assimilacionista do colonialismo português, com a implantação efetiva das estruturas de Estado moderno na colónia, verificou-se uma ruptura naquilo que se podia considerar o processo de constituição de unidades políticas de grande dimensão, que por sua vez vinham “produzindo” as suas próprias elites, nomeadamente a política, constituída na época pré-colonial essencialmente pelos chefes das pequenas unidades políticas e, mais tarde, pela elite nhanto de Kabu, num contexto social e político marcado pela expansão, contração ou extinção de reinos, não se verificou uma “recuperação” da elite política tradicional nas estruturas do Estado moderno”. (CARDOSO, S/D: 13).

A criação dessas estruturas aconteceu pela via de confronto direto, algumas vezes militar, “entre o incipiente poder político colonial e as elites políticas tradicionais; durante muito tempo, verificou-se um desenvolvimento paralelo entre a consolidação de uma elite política “tradicional” e o nascimento de uma elite política moderna”. A formação da elite política moderna na Guiné-Bissau tem um vínculo com dois acontecimentos históricos importantes: a implantação definitiva do Estado colonial português e a integração de uma camada de origem africana, nas estruturas, instituições e dinâmicas sociopolíticas da colônia.

“Quando um grupo de guineenses e cabo-verdianos decidiram fundar o partido foi definida uma plataforma comum para unir os dois países, com a independência mesmo sob a direção de um partido único, depois da independência mesmo sob a direção de um partido único, poucas medidas governamentais serviam para acentuar a aproximação histórica de ambos”. (AZEVEDO e RODRIGUES, 1978: 23).

Naquela época, os dois países eram considerados um território jurídico, várias dificuldades comuns são resolvidas separadamente, e os dois países mantinham

embaixadas diferentes em alguns países. A partir desse momento, a união dos dois países tomou novos rumos.

“Será elaborado um plano de desenvolvimento econômico conjunto, respeitado as diferenças potenciais e os recursos naturais de cada um, haverá uma única comissão de Defesa e Segurança do Estado para os dois Estados; exceto na questão da unidade, que depende exclusivamente iniciativa dos governos, tudo mais está condicionado um único fator: apoio popular, sem contribuição dos extratos sociais mais significativos será impossível aprofundar propostas, no início da resistência Amílcar Cabral expressou receios pela continuidade do processo: “de controle uma luta nacionalista que tivesse como objetivo apenas colocar africanos nos lugares de controle” substituir dirigentes brancos por negros”. (AZEVEDO e RODRIGUES, 1978: 27).

Quando o presidente Luiz Cabral foi nomeado na clandestinidade em setembro de 1973, partes do território ainda se encontravam sob a ocupação colonial. Depois de três anos na direção do país, ele foi eleito para um novo mandato como Chefe de Estado da Guiné-Bissau; nessa época, era difícil caracterizar o Governo da Guiné Bissau porque o país se encontrava ainda em processo de desenvolvimento com base nas experiências de administração nas antigas zonas libertadas, mas a democracia já existia.

O presidente tinha um contato muito próximo com o povo,

“o sábado do Presidente era dedicado a ouvir o povo, a escutar os problemas particulares e comuns, as viagens presidências pelo interior também são organizadas de outra forma sem formalidades, as visitas às cidades e aldeias têm sempre um objetivo principal: discutir de perto as dificuldades há um diálogo aberto entre os camponeses e dirigentes”. (AZEVEDO e RODRIGUES, 1978:30).

PAIGC o partido que liderou a luta de libertação nacional passou por problemas internos e disputas pelo poder. Depois que Guiné-Bissau se tornou um Estado soberano em 24 de setembro de 1973, foi aprovada:

“1ª Constituição da República e criado o primeiro executivo (o Conselho dos Comissários de Estado)”. O Estado da Guiné Bissau foi reconhecido apenas um ano depois da proclamação da independência no dia 10 de setembro de 1974, durante a

proclamação da república e o reconhecimento do Estado, o território da Guiné, funcionava com dois poderes legislativos, “segundo se tratasse da zona sob controle do PAIGC ou da zona sob controle da Potência Colonizadora Portuguesa”.

“Esta transcrição não foi consubstanciada expressamente numa norma Constitucional porque a lei com valor constitucional n.º 1/73 de 24 de Setembro, diz: “a legislação Portuguesa em vigor” à data da proclamação do Estado soberano da Guiné-Bissau mantém a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à Constituição da República às suas leis ordinárias e aos princípios e objetivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)”.

Com a Constituição de 1973, a Assembleia Nacional é que exercia o poder legislativo de acordo com as orientações definidas pelo PAIGC, e podia transmitir poderes legislativos “no Conselho de Estado, no Conselho dos Comissários de Estado e nos Conselheiros regionais, por tempo determinados e matérias concretas e reservando-se o direito de ratificar ou anular os atos praticados”.

Com a Constituição de 1973, os conselheiros regionais eram eleitos e eles elegiam os Deputados e, estes, ao Conselho de Estado, que, por sua vez, elegia o Presidente do Conselho do Estado.

“O Presidente do Conselho de Estado não tinha autoridade para dissolver o Parlamento e lhe competia à promulgação dos Diplomas. De acordo com as regras de revisão constantes dos art.º 57º e 58º da Constituição de 1973, procedeu-se, em 1980, a uma reforma global da Constituição, culminando um processo de revisão iniciado já em 1976”.¹⁵

Cada legislação tinha o direito de mandato por cinco anos, que começava com proclamação dos resultados eleitorais.

“Ainda que formalmente a atual Constituição da Guiné-Bissau de 1996 se assume como sendo a Constituição de 1984 revista em quatro ocasiões (1991, 1993, 1995 e 1996), pode dizer-se que, de fato, a carta magna de 1996 constitui uma Constituição material nova. Foi instituído o multipartidarismo e adoptou-se o sistema misto

¹⁵<http://www.anpguinebissau.org/institucional/historia/historia-anp>

parlamentar e presidencial como modelo de organização política do Estado”.¹⁶

Na Guiné, o Presidente da República e os Deputados da Assembleia Nacional são eleitos “por sufrágio universal, direto e secreto, isto é, por votação de todos os cidadãos legalmente permitidos, de forma individual e secreta, com as candidaturas reservadas aos Partidos Políticos”.

A assembleia Nacional Popular tem muita força e competência na política do país, tanto em matéria política, como legislativa.

De acordo com a classificação tradicional do Estado, a Guiné-Bissau se encaixa no Estado Unitário, como foi mencionada a definição de Robert e Magalhães. Na Guiné-Bissau, também existe apenas uma esfera do poder, o poder legislativo, o poder executivo e o judiciário; dentro do Estado Unitário, existem três configurações diferentes que foram mencionadas acima: a Guiné-Bissau se encaixa no Estado Unitário Desconcentrado. Esse modelo de Estado se caracteriza pela divisão do território do Estado em diversas regiões ou em outras divisões territoriais menores como departamentos; a Guiné-Bissau é dividida administrativamente em oito regiões e um setor autônomo de Bissau, a capital, essas regiões são divididas em seções, que são divididas em aldeias. Devido à colonização portuguesa, o país acabou seguindo o modelo do Estado espelhado no modelo dos Estados europeus.

A Guiné-Bissau é uma República unitária, soberana, democrática e laica. De acordo com o Artigo 2º, de dezembro de 1996, da Constituição da República, a soberania nacional da República da Guiné-Bissau reside no povo, que exerce o poder político diretamente, ou por meio dos órgãos do poder que são eleitos democraticamente.

“A República da Guiné-Bissau, é um Estado de democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, e orientadas para a construção de uma sociedade livre e justa” ARTIGO 3º.

¹⁶<http://www.anpguinebissau.org/institucional/historia/historia-anp>

De acordo com ARTIGO 6º, no país, existe separação entre o Estado e as instituições religiosas, e o Estado respeita e protege confissões religiosas reconhecidas legalmente. A atividade dessas confissões e o exercício do culto sujeitam-se à lei.

De acordo com o ARTIGO 7º, no âmbito da sua estrutura unitária e da realização do interesse nacional, o Estado da Guiné-Bissau promove a criação e apoio à ação de coletividades territoriais descentralizadas e dotadas de autonomia nos termos da lei.¹⁷

De acordo com o ARTIGO 8º, a República da Guiné-Bissau desempenha a sua soberania sobre todo o território nacional, que compreende: “a) A superfície emersa compreendida nos limites das fronteiras nacionais; b) O mar interior e o mar territorial definidos na lei, assim como os respectivos leitos e subsolos; c) O espaço aéreo suprajacente aos espaços geográficos referidos nas alíneas anteriores e sobre todos os recursos naturais vivos, que se encontrem no seu território”.

Artigo 12, as formas de propriedade adotadas são as seguintes:

“A propriedade do Estado, é o património comum de todo o povo; A propriedade cooperativa que, organizada sob a base do livre consentimento, incide sobre a exploração agrícola, a produção de bens de consumo, o artesanato e outras atividades fixadas por lei; A propriedade privada, que incide sobre bens distintos do Estado. São propriedade do Estado o solo, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais”.¹⁸

De acordo com o ARTIGO 13º, “o Estado pode dar, por concessão, às cooperativas e outras pessoas jurídicas singulares ou coletivas a exploração da propriedade estatal desde que sirva o interesse geral e aumente as riquezas sociais, O Estado promove o investimento do capital estrangeiro desde que seja útil ao desenvolvimento económico e social do País”.

De acordo com o ARTIGO 17º, é direito do Estado criar e promover boas condições para preservação adequada da identidade cultural, “como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade, o

¹⁷ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196261

¹⁸ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196261

Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana”.

“A República da Guiné-Bissau defende o direito dos povos à autodeterminação e à independência, apoia a luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e todas as demais formas de opressão e exploração, preconiza a solução pacífica dos conflitos internacionais e participa nos esforços tendentes a assegurar a paz e a justiça nas relações entre os Estados e o estabelecimento da nova ordem económica internacional”.¹⁹

A República da Guiné-Bissau colabora nos esforços que realizam os Estados africanos, na base regional continental, em ordem à concretização do princípio da unidade africana.

De acordo com o ARTIGO 19º, o “Estado deve salvaguardar as conquistas do povo e, em particular, a ordem democrática constitucionalmente instituída. A defesa da Nação deve organizar-se com base na participação ativa e na adesão consciente das populações”.

O artigo 62º “O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo da unidade, garante da independência nacional e da Constituição e Comandante Supremo das Forças Armadas, ele representa a República da Guiné-Bissau”.

Artigo 63º “O Presidente da República é eleito por sufrágio livre e universal, igual, direto, secreto e periódico dos cidadãos eleitores recenseados”.

Artigo 64º “O Presidente da República é eleito por maioria absoluta dos votos validamente, se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta, haverá lugar, no prazo de 21 dias, a um novo escrutínio, ao qual só se poderão apresentar os dois concorrentes mais votados”.

Artigo 65º “As funções de Presidente da República são incompatíveis com quaisquer outras de natureza pública ou privada”.

Artigo 66º “O mandato do Presidente da República tem a duração de cinco anos, ele não pode candidatar-se a um terceiro mandato consecutivo, nem durante os cinco anos subsequentes ao termo do segundo mandato, Se o Presidente da República renunciar ao

¹⁹http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196261

cargo, não poderá candidatar-se às eleições imediatas, nem às que sejam realizadas no quinquênio imediatamente subsequente à renúncia”.²⁰.

III – Crise Na Guiné Bissau:

Logo depois da independência, Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, assumiu a presidência da república. Em 1980, Joao Bernardo Vieira derrubou Luís Cabral por um golpe militar e assumiu o poder. Em 1992, Kumba Yalá fundou o Partido Reforma Social (PRS), que, atualmente, é o segundo maior partido do País. Em 1994, teve a primeira eleição no país, elegendo Joao Bernardo Vieira como presidente. Em sete de junho de 1998, começou uma guerra civil entre a junta militar que foi liderada por Ansumane Mané, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, e o governo, que durou 11 meses. A junta militar destituiu João Bernardo Vieira em maio de 1999, o ex-presidente da República teve o asilo em Portugal.

Uma nova etapa da crise acabou tendo graves consequências. Tudo começou na madrugada do dia sete de junho de 1998, a cidade de Bissau acordou a tiros devido à tentativa de prisão de Ansumane Mané, que reagiu à voz de prisão e, com ajuda dos seus companheiros, tomou o quartel de Santa Luzia que fica em um dos bairros de Bissau, e também ocupou o quartel de Brá, um bairro ao norte de Bissau, que fica a caminho do aeroporto; esse quartel era um dos maiores paióis de armas pesadas do país. Logo depois, ocuparam o aeroporto e a base aérea de Bissalanca, o governo reagiu e, de manhã, começou o combate na cidade de Bissau. No dia nove de junho, Ansumane Mané autoproclamou chefe de uma Junta Militar para estabilização da paz, democracia e justiça; essa guerra civil que começou em sete de junho de 1998 veio a terminar somente em maio de 1999, 11 meses depois.

Desde o início, a guerra teve o apoio de populações, políticos e comunidade internacional em fazer as negociações para que pudessem chegar a um acordo e resolver o conflito de forma mais pacífica. Por isso, teve uma comissão de população e cidadãos, onde estavam os representantes diplomáticos estrangeiros, representantes das comissões religiosas, católicas, protestantes e muçulmanos; líderes parlamentares e

²⁰http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196261

jornalistas procuraram uma mediação, e tentaram fazer as duas partes dialogarem, foram muitas tentativas de mediação, mas Nino Vieira não aceitou nenhum atendimento com os rebeldes, “exigindo em primeiro lugar a deposição das armas”.

Ansumane Mané, por sua vez, não aceitou o nome de rebelde e sim “combatentes da liberdade de pátria”, expressão que era utilizado nas lutas das libertações nacionais; maior parte do exército regular apoiou o movimento de Ansumane Mané, “acuado sem respaldo de seus militares, Nino Vieira pediu ajuda aos países vizinhos, o Senegal enviou, nos primeiros dias do conflito, cerca de um milhão e meio de soldados e a República de Guiné-Conakry meio milhão”.

O governo fez grande esforço para tomar o quartel de Brá, símbolo da resistência e de rebelião, e não teve sucesso porque a junta militar continuou firme em suas posições estratégicas. O conflito foi se alastrando para o interior do país, e a situação ficava cada vez pior em Bissau: a população fugiu em pânico para o interior e para fora do país; em 11 de maio de 1999, a junta militar conseguiu controlar todo o território da Guiné-Bissau. (AUGEL, 2007).

A guerra civil de 1998-1999 acabou com o mandato de Nino Vieira, que estava no poder há 19 anos, “com a destruição parcial de Bissau e o seu quase completo esvaziamento populacional, o campo e os laços familiares e étnicos provaram sua força vital indispensável para sobrevivência física, social e cultural das pessoas” (AUGEL, 2007:70).

“A guerra parece ter feito surgir um novo conagraamento de forças, e aconteceu uma nova organização da comunidade guineense ao redor da ideia do Estado nacional a ser definido, superando gradualmente o sentimento de pertença a um dos grupos étnicos ou a camada urbana a população crioula, ocidentalizada, em grande parte herdeira dos integrantes da antiga categoria colonial de civilizados, a exclusividade da elite burguesa passou a ser relativizada apesar de esse grupo continuar, evidentemente a construir um elemento fundamental do poder econômico, político e militar”. (AUGEL, 2007:71).

Depois da guerra civil, em oito de maio, foi formado o governo de transição. Houve a realização das eleições em 28 de novembro de 1999; nessas eleições, houve a participação de 13 partidos políticos, o PAIGC saiu derrotado, o PRS (Partido da

Renovação Social) saiu vitorioso. No segundo turno, Kumba Yalá, o novo presidente, tomou posse no dia três de janeiro 2000; no mesmo ano, Ansumane Mané, que liderou a junta militar para derrubar o governo de Nino Vieira, foi assassinado. O mandato de Yalá não conseguiu chegar até o fim, pois foi interrompido devido a um golpe de Estado, que colocou fim ao seu mandato em novembro de 2003, devido a vários problemas que o país estava enfrentando durante o período do seu mandato:

“Kumba Yalá não correspondeu às expectativas do povo guineense nem da comunidade internacional representada pelos doadores financeiros da qual o país depende, o temperamento problemático e instável clara preferencia dada aos membros de sua etnia balanta e os conflitos internos no seio da comunidade política e militar não deixavam lugar para uma boa governança”. (AUGEL. 2007:71).

O país estava enfrentando um momento de crise e de instabilidade, e foi criado o governo de transição, até a realização de novas eleições legislativas realizada em maio de 2004. O candidato do PAIC saiu vencedor com a vitória para o primeiro ministro, Carlos Gomes Junior, conhecido como Cadogo Filho, no governo de transição, o presidente foi Henrique Pereira Rosa, uma pessoa que não estava ligada a esferas políticas e partidárias. Em seis de outubro de 2004, houve o assassinato de um político, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Seabra, que era uma pessoa próxima a Ansumane Mané.

Em junho de 2005, foram realizadas as eleições presidenciais, já previstas para este ano. Essas eleições aconteceram sob muitas tensões, e, no segundo turno, em 24 de julho, o vencedor foi João Bernardo Vieira Nino Vieira (Nino Vieira) que, depois de ser expulso do PAIGC ao ser derrubado pela junta militar, regressou ao país depois de passar alguns anos em asilo político em Portugal, mesmo sendo proibido de voltar, e se candidatou á presidência da república, vencendo as eleições. (AUGEL, 2007)

O seu mandato também não chegou ao fim devido ao assassinato dele e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Tagme Nauai no dia dois de março de 2009.

Em abril de 2010, uma nova ação dos militares colocou a população em pânico. Os militares se revoltaram e, comandados pelo Antônio Indjai, vice chefe das forças armadas, encarceraram Zamora Induta, então chefe das Forças Armadas em Bissau,

primeiro ministro e líder do PAIGC. Carlos Gomes Junior foi colocado em prisão domiciliar e libertaram Bubo Na Tchuto, ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas que, na época, estava nas instalações da ONU em Bissau como refugiado, depois dele se refugiou em Gambia por ser acusado de palmejar um golpe de Estado em 2008. Algumas horas depois do ataque, liberaram o então primeiro ministro Carlos Gomes Junior e ele continuou como primeiro ministro, mas Zamora Induta foi destituído do cargo e Antônio Indjai autoproclamou Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Zamora continuou preso por vários meses, mas o primeiro ministro foi liberado algumas horas depois do ataque; a sua libertação ocorreu antes e, devido às manifestações populares, continuou no seu cargo como primeiro-ministro.

Depois da atuação dos militares no país, houve a pressão internacional, Indjai pediu desculpas à população e disse não ser o chefe das forças armadas, porque isso é uma decisão política. Todavia, o então presidente da República, Malam Bacai Sanha, nomeou-o como Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e, depois da cerimônia da tomada de posse do novo chefe de forças armadas, foi reprovado internacionalmente, considerando esse tipo de ato como prova da intervenção militar em assuntos políticos e uma ameaça ao Estado democrático de direito.

Com o passar desse episódio, os organismos internacionais e os países que apoiavam a Guiné-Bissau, como União Europeia (UE), ameaçaram cortar a ajuda que dava para o desenvolvimento do país. O então presidente do Brasil, que estava no seu último mandato, Luís Inácio Lula, garantia que ajudaria o país apenas quando os conflitos internos fossem resolvidos.

Os ministros dos negócios estrangeiros de 27 países membros da UE se reuniram e tiveram como a pauta possíveis sanções aos líderes militares envolvidos no acontecimento de primeiro de abril em Bissau. As sanções seriam o congelamento de bens na Europa e a suspensão de seus vistos, sendo essas decisões informadas a Portugal, que conseguiu barrar e adiar as decisões tomadas pela UE. Portugal tomou essa atitude assumida por Luís Armando, então ministro dos Negócios Estrangeiros, a pedido do então Presidente da República, Malam Bacai Sanha, que pediu que Portugal ficasse a favor da Guiné-Bissau.

Após a ação dos militares e com a pressão internacional, os líderes viram que o país estava precisando de uma reforma no setor de segurança. Em 2011, tal reforma teve a

intervenção de Angola, com a Missão Militar Angolana (MISSANG/GB), que teve o apoio da ONU. Essa missão tinha como finalidade “intervir na infraestrutura e organização das forças armadas, em principais quartéis, e criação de um centro de formação dos militares da Guiné-Bissau”, os líderes militares se posicionaram a favor dessa missão.

Depois desse episódio, o país continuou tentando ultrapassar a crise, porém, no ano seguinte, o então Presidente da República, Malam Bacai Sanha, que estava enfrentando problemas de saúde, não resistiu, e acabou falecendo em nove de janeiro do mesmo ano. Com a sua morte, Raimundo Pereira, então presidente da Assembleia Nacional Popular, passou a ser presidente interino, com a finalidade de organizar as eleições presidenciais. A morte do presidente trouxe uma divisão entre os partidos políticos da oposição, pois nem todos estavam de acordo para que Raimundo assumisse a presidência da República até a realização das eleições presidenciais, que, de acordo com a Constituição, tinha uma data pra ser realizada, que não foi cumprida pela Comissão Nacional de Eleições devido ao recadastramento dos eleitores, que precisaria de um período mais longo.²¹

No decorrer do mês de maio, iniciou-se o processo das eleições, e os candidatos mais destacados foram: Carlos Gomes Junior, Kumba Yalá, Serifo Nhamadjo e Henrique Rosa. A votação foi tranquila e pacífica, com uma baixa movimentação dos eleitores nos locais da votação. Mesmo com respaldo dos organismos internacionais, durante a divulgação dos resultados finais pela CNE, oficializando o segundo turno entre Carlos Gomes Junior (49%) e Kumba Yalá (23%), cinco candidatos não concordaram com o resultado pediram anulação da eleição.

Em uma coletiva à imprensa, o próprio Yalá, além de Henrique Rosa, Serifo Nhamadjo, Serifo Balde e Afonso Té, afirmavam que os resultados foram fraudados, afirmando que em alguns locais, o cartão do eleitor foi duplicado. Devido a essas afirmações, a situação no país estava se tornando cada vez mais tensa, Kumba Yalá se recusou a

²¹<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

participar do segundo turno das eleições. Tanto no país como no exterior, havia comentários de que a ordem constitucional estava sendo ameaçada, pelo fato de alguns candidatos não reconhecerem o resultado das eleições, e, assim, havia a preocupação de que isso poderia trazer um golpe de Estado. No início de abril de 2012, Antônio Indjai começou a pedir ao governo a retirada da MISSANG no país, e o seu pedido foi apoiado tanto entre os militares como pela oposição política.

Para o Antônio Indjai, Angola não cumpriu com o acordo porque essa missão estava mandando secretamente, para o país, “um extenso material bélico, incluindo tanques de guerra e coletes para os 120 militares angolanos que se encontram no país, anteriormente, o tenente-general, em uma reunião especial na Assembleia Nacional, já havia se posicionado contrariamente à permanência da MISSANG no país. Estranhamente, Indjai, como mencionado acima, foi um dos mentores do acordo estabelecido em março de 2011”.

O conselho de ministros discordou das afirmações de Antônio Indjai, quando afirmou que não verificou nenhuma violação de acordo por parte da Angola. Alguns dias antes do golpe, no comunicado final de reunião de ministros, o governo mostrou a “firme determinação de não só manter a missão, mas também de reforçá-la com vista a cobrir outros setores que aguardavam a concretização do roteiro CEDEAO/CPLP”.²²

Depois dessas discussões no país, na noite do dia 12 de abril de 2012, a situação se tornou incontrolável, e os primeiros tiros começaram a disparar em Bissau, a imprensa anunciou um novo golpe de Estado na Guiné-Bissau. Depois desses tiroteios, militares foram à Rádio Nacional e interromperam algumas atividades, rádios particulares também foram obrigadas a encerrar as atividades. A casa do primeiro-ministro, Carlos Gomes Junior, foi invadida e granadas, atiradas. Em seguida, Carlos Gomes Junior foi preso pelos militares ao lado do presidente interino, Raimundo Pereira. Os militares

²²<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

invadiram a sede do partido governista, PAIGC, e as embaixadas foram cercadas pelos homens armados.

Depois dos tiroteios, a situação estava sob controle, mas os militares ainda estavam controlando a cidade. Esse ato foi assumido por um grupo chamado “comando militar”. O comando militar responsabilizou Angola pelo golpe; de acordo com os militares “havia um acordo secreto entre os angolanos e o governo guineense em torno dos materiais bélicos supostamente enviados, que poderia ameaçar a vida e a segurança da elite das Forças Armadas”. A comunidade internacional repreendeu o golpe quando os militares tomaram o poder; o Brasil convocou uma reunião de emergência no Conselho de Segurança da ONU, a CPLP e o governo português pediram para pararem com o ato de violência e exigiram a libertação dos políticos que estavam presos. Com a tensão no país, a CPLP era a favor de uma “força de interposição” com o apoio da ONU.

O “Comando Militar” fez uma reunião com alguns partidos políticos da oposição; o PRS, o único partido com representação parlamentar, participou da reunião, para discutir a trajetória após o golpe. De acordo com as informações noticiadas depois do encontro, os partidos envolvidos iriam se responsabilizar pela criação de um Conselho Nacional de Transição, que dirigiria o país até as eleições, para tentar solucionar o problema no país. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi o responsável para ajudar o país a voltar a normalidade.²³

A CEDEAO mandou uma delegação a Bissau e exigiu uma reunião do “Comando Militar”, os responsáveis pelo golpe, com Carlos Gomes Junior e com os dirigentes do PAIGCC. Depois da reunião, Desire Kadre Ouedaogo, o presidente da organização, garantiu que os militares concordariam com a decisão da CEDEAO, e que o país voltaria à normalidade o mais rápido possível.

²³<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

Essa intervenção da CEDEAO utilizava o termo “tolerância zero”, que significa uma atuação mais decisiva para voltar a cumprir a Constituição do país. A CEDEAO foi responsável pelas negociações com o Comando militar, libertação dos presos políticos e sanções aos golpistas. A tolerância zero foi perdendo a força e validade e, em maio do mesmo ano, os militares garantiram que libertariam o primeiro ministro e o presidente e devolveriam o poder aos civis para formarem o governo de transição que duraria um ano, mas recusaram a possibilidade de prosseguir com o processo eleitoral interrompido. CEDEAO aceitou o acordo, mas a CPLP se recusou aceitar o termo de acordo.

Com a posição da CPLP, a CEDEAO ignorou a reprovação da CPLP e propôs o nome do Serifo Nhamadjo para assumir a Presidência da República no período da transição. Horas depois, Nhamadjo, um dos candidatos às eleições presidenciais e presidente interino da Assembleia Nacional Popular, disse que começaria consultas para indicar o primeiro ministro do governo de transição. Segundo o ministro de negócios estrangeiros da Nigéria, Nurudeen Muhammad, a CEDEAO fez essa escolha “baseando nas realidades atuais do país”. Os partidos políticos que formavam a oposição do PAICG assinaram o pacto de transição sem a presença do partido governista. Esse pacto reconhecia Nhamadjo como presidente da república e colocaram o prazo de um ano para a realização das eleições, já que a outra foi cancelada. Nesse mesmo dia, Serifo Nhamadjo empossou Rui Duarte de Barros como o novo primeiro ministro do país. Rui Duarte de Barros era comissário na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e filiado ao PRS.²⁴

“Com aval da CEDEAO, a oposição chegou ao poder por caminhos que ignoravam a vontade popular”. No processo da formação do governo a CEDEAO, informou o envio para a Guiné-Bissau de uma força militar com 600 homens. Essa missão da África Ocidental assumiria o papel da MISSANG, que estava no país. “Para alguns analistas, o posicionamento da CEDEAO e a perda de terreno da Angola em solo Guiné-Bissau era apenas mais um capítulo da disputa geopolítica travada entre a Nigéria e o governo angolano. Segundo

²⁴<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

essas interpretações, o distanciamento entre CPLP e CEDEAO resultava, principalmente, da guerra por influência regional entre os dois países”. (ABREU S/D).

As ONGs que operam no país afirmavam que, com a gravidade da situação econômica, consequências da crise Política depois do golpe interromperam de forma definitiva a campanha da castanha de caju, principal fonte de renda do país e o principal produto rural.

O país foi ameaçado a perder as ajudas internacionais dos projetos financeiros e, depois da formação do governo de transição, algumas ajudas e acordos foram suspensas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) cancelou as operações desenvolvidas na Guiné-Bissau. Os problemas com a exportação da castanha de caju e corte de projetos internacionais, como no combate à pobreza, atingiram diretamente a população.²⁵

²⁵<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

Quadro ilustrativo das crises na Guiné-Bissau

1998	<ul style="list-style-type: none"> 07 de junho início da guerra civil entre junta militar liderada por Ansumane Mané chefe das forças armadas contra o governo
1999	Fim da guerra civil, a junta militar destituiu o João Bernardo Vieira; eleições e a morte do Ansumane Mané.
2000	<ul style="list-style-type: none"> Formação do novo governo de PRS e tomada de posse do Kumba Yala como Presidente da República Morte do General Ansumane Mane Chefe da Junta Militar
2001	<ul style="list-style-type: none"> O Primeiro-ministro Caetano Intchama é exonerado em Março. Faustino Imbali é nomeado Primeiro-ministro e é exonerado em Dezembro, substituído por Alamara Intchia Nhasse que esteve no cargo até Novembro de 2002 Em Maio, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial suspendem a sua ajuda as autoridades da Guiné-Bissau devido ao desaparecimento sem justificação dos fundos de apoio ao desenvolvimento.
2002	<ul style="list-style-type: none"> Em Novembro, o Presidente Kumba Yala dissolve o Parlamento, marca novas eleições legislativas e cria um Governo de iniciativa presidencial chefiada pelo Mário Pires como Primeiro-ministro.
2003	<ul style="list-style-type: none"> Golpe de Estado Kumba Yala foi destituído Os partidos políticos, representados em um “Conselho Nacional de Transição”. Henrique Pereira Rosa é nomeado Presidente de Transição. Artur Sanha é nomeado Primeiro-ministro para chefiar o Governo de Transição
2004	<ul style="list-style-type: none"> Eleições Legislativas. PAIGC, Carlos Gomes Junior foi empossado como primeiro ministro Em Outubro, O General Verissimo Correia Seabra Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) foi assassinado. O General Tagme Na Wai, é nomeado Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).
2005	<ul style="list-style-type: none"> Regresso do Ex-presidente da República João Bernardo Vieira (Nino) ao país depois de seis anos de exílio político em Portugal. Candidatou as eleições presidenciais de 2005 como candidato independente e saiu vencedor no mês de julho. No mês de outubro, O Presidente da República Joao Bernardo Vieira (Nino) destituiu o Governo de PAIGC liderado por Carlos Gomes Júnior e, nomeia Aristides Gomes como Primeiro-ministro, apoiado pelo fórum constituído de sensibilidades de vários partidos que o apoiaram nas eleições.
2007	<ul style="list-style-type: none"> Assassinato do Comodoro Mamadu Lamine Sanha ex-chefe do Estado-maior da Armada.
	<ul style="list-style-type: none"> Março -Abril, O Primeiro-ministro Aristides Gomes abandonou o cargo depois de moção de censura no Parlamento. O PAIGC assina um pacto político com outros

	partidos políticos e indica Martinho N'Dafa Cabi para o cargo de Primeiro-ministro
2008	<ul style="list-style-type: none"> • No mês de Julho o Partido da Renovação Social (PRS) abandona o Pacto Nacional, facto que da origem a uma nova crise política. • No mês de Agosto, o Presidente da República Joao Bernardo Vieira (Nino) dissolve o Parlamento e nomeia Carlos Correia para o cargo de Primeiro-ministro de um Governo de gestão até as eleições em Novembro. É anunciada uma alegada tentativa de Golpe de • Em Novembro, o PAIGC vence as eleições legislativas com uma maioria absoluta no Parlamento e Carlos Gomes Júnior é nomeado Primeiro-ministro.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Em Novembro, a casa do Presidente da República foi atacada a tiro e ele escapa ileso.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Em março houve o assassinato do Presidente João Bernardo Vieira e de chefe de Estado maior das forças Tacgme na wai • No mês de julho, Malam Bacai Sanha ganha eleições Presidenciais, no segundo turno disputado com o Kumba Yala.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Em janeiro a morte do presidente da República vítima de doença. O presidente da ANP Raimundo Pereira assume o poder. • 18 de março realização das eleições. • Em Abril e Maio teve um novo Golpe de Estado (12 de Abril).

IV – As razões do golpe, tentativas e possibilidades:

As principais causas do golpe são: consequências da colonização, conflitos internos na política, a intervenção estrangeira no país na política interna. Cada golpe tem a ver com uma dessas causas.

Uma das causas citadas logo no início desse trabalho a consequência da colonização foi o primeiro ponto mencionado, isso tem haver com a guerra civil de sete de junho de 1998, que colocou o fim ao mandato de João Bernardo Vieira, no poder há 18 anos. A principal causa da guerra civil que abalou profundamente o país, não tem haver apenas com a situação política que o país estava enfrentando, mas envolve uma série de outros fatores, que não abrange apenas a Guiné-Bissau; a principal tem haver com as causas do surgimento do Estado no país após a independência.

Na conferência de Berlim, ocorrida em 1886, os territórios africanos foram divididos e, a partir dessa data, cada país europeu passou a ocupar e controlar determinado território na África, Todavia, essa divisão acabou trazendo, mais tarde, várias consequências ao continente, e uma delas é o problema de disputas para alguns territórios, que acabam causando guerras civis em alguns países, como o caso da Guiné-Bissau, e a guerra civil de 1998. Durante essa conferência, houve trocas de território entre Portugal e França e, devido á zona onde os territórios se localizavam, essa troca acabou trazendo, depois de vários anos, a instabilidade e guerra local. Como foi descrito no capítulo anterior, ao falar da crise política na Guiné-Bissau, em geral, e a causa da guerra civil de 1998, em particular, não se pode deixar de falar de Casamansa.

Casamansa é uma pequena região que fica na fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau e que, depois da partilha, passou a pertencer ao Senegal. Nessa região, atua um movimento independentista, onde se pode ver claramente uma das consequências da conferência, como explica Augel.

“Nessa região se mostram patentes a trágica consequência da arbitragem demarcação dos limites das colônias pelas potencias estrangeiras, até hoje ali se fala um crioulo muito semelhante ao crioulo guineense e há profundos laços inclusive familiares e étnicos entre os habitantes da Casamansa e das terras guineenses vizinhas”.
(AUGEL, 2007: 66).

Casamansa situa-se numa região com lindas praias e, por isso, Senegal tinha o interesse de fazer a exploração turística na região, com potencial agrícola e “está nas jazidas de petróleo off-shore ali descobertas”. Antes da partilha da África, Casamansa pertencia a Guiné-Bissau e Cacine, uma região que atualmente pertence à Guiné-Bissau, e que pertencia ao Senegal. Em 1886, no tratado de Berlim, Portugal e França acabaram fazendo uma troca devido á zona onde essas regiões se situavam, e França acabou ficando com Casamansa, e Cacine passou a pertencer á Portugal.

Com o fim do colonialismo europeu na África, os dois países se tornaram independentes. A Guiné-Bissau teve a sua independência em 1973 e, com o passar do tempo, a relação dos dois países não estava boa devido a constantes denúncias pelas autoridades senegalesas e francesas de que os militares da Guiné-Bissau forneciam armas para rebeldes que se encontram na região de Casamansa. Isso não foi bem visto em Dakar e Paris, pois acabava gerando frequentes conflitos entre os rebeldes de Casamansa com o Senegal; as denúncias não conseguiram pôr fim ao tráfico de armas.

Depois que a Guiné-Bissau passou a ser membro da aliança monetária dos países africanos ocidentais, ocorrido em dois de maio de 1997, com adesão do Franco da Comunidade Financeira da África (CFA) como moeda corrente, a pressão dos dois países ficava cada vez mais tensa. Essa união é conhecida como UEMOA (União Econômica e Monetária da África Ocidental). Essa adesão do país à UEMOA acabou criando várias contradições no seio político pelo fato de dividir os interesses políticos guineenses. A adesão do país a UEMOUA acabou estreitando mais a relação nos interesses senegaleses e franceses em relação à região de Casamansa.

Depois de muita pressão, o então Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, decidiu demitir o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, General Ansumane Mané, alegando que ele era responsável pelo tráfico de armas em Casamansa. Ansumane Mané, ele tinha uma boa relação de amizade com o então presidente desde a luta pela independência. Por ser Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, e amigo muito próximo do então presidente, ele conhecia perfeitamente os segredos militares e a irregularidade da elite política e militar do país. No inquérito feito pela Assembleia Nacional Popular, ele se recusou a assumir essa responsabilidade e denunciou o Presidente.

Mandaram prender o então Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Ansumane Mané e, na madrugada do domingo de sete de junho de 1998, ele reagiu à voz de prisão.

Assumane Mané teve o apoio de alguns militares e tomou o quartel de Santa Luzia, situado em um dos bairros de Bissau. Logo depois, ocupou o quartel de armazenamento de gêneros alimentício, que fica em um bairro ao norte de Bissau. Houve uma reação pela parte do governo e, assim, começou uma guerra civil que durou 11 meses no país. (AUGEL, 2007).

A crise que está relacionada com as questões étnicas é o golpe de 2003, que destituiu Kumba Yala, motivado por vários problemas que o país estava enfrentando durante o período do seu mandato que não conseguiu chegar ao fim, durando apenas três anos. De acordo com alguns artigos e notícias da internet sobre esse golpe, o presidente não conseguiu alcançar as expectativas da população, devido a vários problemas que o país estava enfrentando, principalmente problemas étnicos, como explica Augel:

“Kumba Yala não correspondeu às expectativas do povo guineense nem da comunidade internacional representada pelos doadores financeiros da qual o país depende, o temperamento problemático e instável clara preferencia dada aos membros de sua etnia balanta e os conflitos internos no seio da comunidade política e militar não deixavam lugar para uma boa governança”. (AUGEL, 2007: 71).

O que Augel explica sobre o golpe de 2003 mostra como as questões étnicas acabaram influenciando na política, pelo fato de o país ter mais de vinte etnias, e algumas etnias são mais populosas em relação a outras; isso mostra que, com a chegada de Kumba Yalá ao poder, observa-se uma presença relevante das pessoas da etnia (balanta) no poder, a etnia que ele fazia parte, ou seja, durante esse governo, os balantas foram mais beneficiados em relação às outras etnias, o que não foi bem visto pelo resto da população, que pertencia a outras etnias, pois viram que isso poderia vir a causar graves problemas para o país.

Esses fatores acabaram motivando o golpe do primeiro presidente eleito democraticamente depois da guerra civil de 1998, e esse foi um dos motivos que fizeram com que ele não conseguisse chegar ao fim do seu mandato, com muita instabilidade política, além de ser um dos motivos que fizeram com que o país não

conseguisse superar as dificuldades que estavam sendo enfrentadas, dentre elas, as consequências da guerra civil de 1998.

Assim como Augel, o especialista em ciência política Rafael Abreu também citou a questão étnica como uma das causas do golpe de 2003 na Guiné-Bissau. Para ele, essa divisão étnica não começou depois do presidente ter sido eleito, mas pode ser observado desde a campanha eleitoral de Kumba Yalá, o candidato de PRS para as eleições de 1999, que trouxe para o primeiro plano da política a questão étnica.²⁶

“Para sagrar-se vencedor no pleito, Yalá propagandeou a valorização dos símbolos e rituais dos balantas, esta operação visava não apenas o apoio nas urnas, da etnia majoritária, mas, também, das Forças Armadas, numericamente dominadas pelos balantas, que representam aproximadamente 70% dos militares. Ao buscar o apoio dos balantas, grupo do qual é pertencente, Yalá indicou que faria uma política, neste quesito, de oposição à de seu antecessor, Nino vieira, que afastou os balantas do seu governo”. (RAFAEL E ABREU, 2013: S/P).²⁷

Independentemente da questão étnica, podem ser observadas outras causas do golpe, de acordo com Teixeira:

O mandato de Kumba Yala foi marcado por três pontos principais: a corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de intrigas entre as etnias para se manter no poder. (Teixeira, S/D).

Teixeira mostra a relação entre os militares e a política na Guiné-Bissau. Segundo ele:

“Na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é muito presente em todas as instâncias do governo, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer o controle civil sobre eles; De 1994, até realização da terceira eleições multipartidárias em 2003, o país teve quatro levantamentos militares dos quais dois são golpes de Estados (1998-2003), em nove anos de experiência democrática. Os militares continuam a exercer influência sobre o poder civil mediante consentimento das chefias militares. Isso

²⁶<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

²⁷<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2235/relatorio-oplop-21-desconstrucao-de-uma-nacao-os-conflitos-na-guine-bissau>

aconteceu com o Vice-presidente do PAIGC, Aristides Gomes, que foi rejeitado pelos militares ao cargo de ministro das relações exteriores da Guiné-Bissau, após eleições gerais que reconduziram o PAIGC ao poder, em 2003”. (TEIXEIRA, S/D).

Na Guiné-Bissau, pode ser observada a influência dos militares na política em todas as instâncias dos órgãos públicos do Estado; o destino do país não se encontra absolutamente nas mãos do poder civil, e o poder civil não consegue impedir os golpes, e isso é um dos motivos da fraqueza das instituições políticas na decisão dos conflitos e no processo de democratização do país. (TEIXEIRA, S/D).

A situação da crise política no país parecia cada vez mais longe de chegar ao fim. Depois da guerra civil de 1998, o país não conseguiu voltar à estabilidade política devido aos sucessivos golpes, e Guiné passou por uma fase difícil onde teve vários problemas políticos e constantes golpes. Com a morte do então Presidente da República, Malam Bacai Sanha, em 2012, vítima de doença, o presidente da Assembleia Nacional Popular assumiu a presidência da república até a realização das eleições.

A eleição realizada em 2012 era uma esperança para mudança na política guineense depois ter passado por várias situações da crise, mas, infelizmente, não teve sucesso: a eleição não conseguiu chegar ao fim por ter sido interrompida por um novo Golpe. De acordo com as pesquisas, o golpe foi causado por uma situação que ocorreu em 2010: o tiroteio e a prisão do ex-primeiro ministro, Carlos Gomes Junior, e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Zamora Induta, bordado no capítulo anterior.

Depois do tiroteio e da prisão dos dois altos líderes do governo, ou seja, depois da tentativa do golpe em 2010, os líderes políticos chegaram à conclusão de que o país estava precisando passar por mudanças para tal, seria necessário realizar uma reforma no setor de segurança e, para que essa reforma aconteça, o país fez um acordo com Angola, um país da ex-colônia portuguesa. No acordo, Angola entreveria com uma missão chamada MISSANG/GB, e os líderes militares guineenses também se posicionaram a favor dessa missão. A missão teve o apoio da ONU, e tinha como objetivo:

“intervir na infraestrutura e estruturação das forças armadas, em maiores quartéis e criação de um centro de formação dos militares da Guiné-Bissau”. A chegada dessa missão ao país vai trazer mais tarde um desentendimento no meio político e militar que

será detalhado ainda nesse capítulo. Um ano após a chegada da MISSANG/GB ao país, então Presidente da República Malam Bacai Sanha que já estava enfrentando problemas de saúde, não resistiu à doença e acabou falecendo em 09 de janeiro do mesmo ano. Com a sua morte, Raimundo Pereira então presidente da Assembleia Nacional Popular passou a ser presidente interino, de acordo com a constituição do país, quando morre ou na ausência do Presidente da República, o Presidente da ANP passa a assumir o seu lugar. Quando Raimundo Pereira assumiu a Presidência da República, tinha como objetivo organizar as eleições presidenciais.

A chegada de Raimundo à Presidência da República trouxe uma divisão entre os partidos políticos da oposição, pois nem todos estavam de acordo para que Raimundo passasse a ser o presidente interino até a realização das eleições presidenciais.

De acordo com a Constituição guineense, quando morre um presidente, é estabelecido um prazo para poder fazer a eleição para escolha de um novo presidente. As eleições são organizadas pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), mas, infelizmente, a CNE não conseguiu cumprir com o prazo devido ao recadastramento dos eleitores, que precisaria de um período mais longo.²⁸

No decorrer do mês de maio, teve início o processo eleitoral, onde os candidatos mais destacados foram: Carlos Gomes Junior, Kumba Yala, Serifo Nhamadjo e Henrique Rosa. A votação foi pacífica e não teve uma movimentação dos eleitores nos locais da votação. Mesmo com respaldo dos organismos internacionais, durante a divulgação dos resultados finais pela CNE, oficializando o segundo turno entre Carlos Gomes Junior (49%) e Kumba Yala (23%), outros cinco candidatos, inclusive Kumba Yalá, não concordaram com o resultado e mandaram anular a eleição.

Em uma coletiva à imprensa, Yala, Henrique Rosa, Serifo Nhamadjo, Serifo Balde e Afonso Té afirmavam que as eleições foram fraudulentas, os resultados divulgados foram fraudados e, em alguns círculos eleitorais, o cartão do eleitor foi duplicado. Depois dessas afirmações, o clima começou a se tornar cada vez mais tenso no país. E Kumba Yala, que deveria ir ao segundo turno das eleições com Carlos Gomes Junior, se

²⁸<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

recusou a participar. Esse episódio chamou a atenção das pessoas, tanto no país como no exterior, que perceberam que a ordem constitucional estava sendo ameaçada, e, assim, havia uma preocupação para que isso não trouxesse outro novo golpe de Estado.

No início de abril de 2012, a presença de MISSANG não estava agradando alguns militares e políticos, como Antônio Indjai que, na altura, era general e começou a pedir ao governo a retirada da MISSANG/GB do país, com o apoio dos militares e da oposição política. Para ele, Angola não cumpriu com o acordo porque essa missão estava mandando secretamente para o país alguns armamentos.

“um extenso material bélico, incluindo tanques de guerra e coletes para os 120 militares angolanos que se encontram no país, anteriormente, o tenente-general, em uma reunião especial na Assembleia Nacional, já havia se posicionado contrariamente à permanência da MISSANG no país, estranhamente, Indjai, como mencionado acima, foi um dos mentores do acordo estabelecido em março de 2011”.²⁹

O conselho de ministros discordou das afirmações de Antônio Indjai, afirmando que não existia nenhuma ilegalidade por parte de Angola. Alguns dias antes do golpe, no comunicado final de reunião de ministros, o governo disse que iria manter e reforçar a missão angolana no país, a fim de conseguir atingir outros setores.

Na noite do dia 12 de abril de 2012, a situação se tornou incontrollável, houve os primeiros disparos em Bissau, e a imprensa anunciou um novo golpe de Estado no país. Após os tiroteios, os militares foram à Rádio Nacional e interromperam suas atividades, além de mandaram encerrar, também, os emissores particulares do país; invadiram e atiraram granadas na casa do primeiro-ministro Carlos Gomes Junior que, na altura, era um dos candidatos à Presidência da República que iria para o segundo turno com Kumba Yalá. Depois de invadirem sua casa, ele e o Presidente interino, Raimundo Pereira, foram presos por militares. Os militares invadiram, também, a sede do partido governista, PAIGC, e as embaixadas foram cercadas por homens armados.

²⁹<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

Horas depois dos tiroteios, a situação estava sob controle, mas os militares ainda estavam nas ruas controlando a cidade. Esse ato foi assumido por um grupo chamado “comando militar”, que responsabilizou Angola pelo golpe, pois, de acordo com ele, “existia um acordo secreto entre MISSANG/GB e o governo guineense devido aos materiais bélicos supostamente enviados, caso isso aconteça à vida e a segurança da elite das Forças Armadas guineenses estaria ameaçada”, esse ato foi repreendido pela comunidade internacional. Quando os militares tomaram o poder, o Brasil convocou uma reunião de emergência no Conselho de Segurança da ONU, a CPLP e o governo português pediram para pararem com o ato de violência e exigiram a libertação dos políticos presos. Com a tensão no país, a CPLP era a favor de uma “força de interposição com o apoio da ONU, CEDEAO e CPLP”³⁰. De acordo com análises e comentários de alguns cientistas políticos, e com livros que falam da situação política na Guiné-Bissau, uma das razões do golpe de 2012 está relacionada com a presença dos militares angolanos no país, o que acabou causando desconfiança entre os militares e o governo, ocasionando em mais um golpe em 2012.³¹

Depois de ver as causas de cada um dos golpes separadamente, pode-se perceber que, na Guiné-Bissau, existe uma falta de diálogo profundo entre os governantes (políticos e militares) e, pelo fato de o país estar em desenvolvimento, muitas das vezes, existe uma influência muito forte do exterior na política interna, como foi visto no caso da guerra de 1998 e do golpe de 2012.

O país necessita de uma reestruturação na política, uma reforma política, para tentar resolver os problemas do país por vias pacíficas, através do diálogo e da negociação. É necessário ter mais diálogo entre os governantes, apesar de o golpe fazer parte da democracia, mas o país só vai conseguir sair dessa crise crônica quando tiver mais

³⁰<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2011>

³¹<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

diálogo, mais negociações, e menos golpes. Outro ponto que também pode ser observado é a existência de uma luta e ambição pelo poder que deve ser superado, procurar criar uma boa relação entre os políticos e os militares, colocar limites e saber dividir as funções.

Conclusão

Na tentativa de entender a crise política de 1998-2012 na Guiné-Bissau, é necessário entender a formação do Estado e a história política guineense. Só assim pode ser feita uma análise, de forma mais clara, da crise, para poder entender o que levou o país a mergulhar nessa profunda crise, onde teve sucessivos golpes e instabilidade política.

Percebe-se que, desde a guerra civil de 1998, a política guineense vem enfrentando um momento muito conturbado que perdura até os dias de hoje. As causas dessa crise foram várias, as principais foram citadas no capítulo anterior, de acordo com análise e pesquisa, e, dentre essas causas, foram encontradas três causas principais.

A primeira causa foi a consequência da colonização, a conferência de Berlim (Partilha da África). A partilha do continente africano trouxe vários problemas territoriais para África, principalmente nas zonas de fronteiras. A Guiné-Bissau não ficou de fora desse problema causado pelas consequências da colonização, que acabou causando uma guerra civil de 11 meses no país. Independentemente da consequência da colonização, a guerra civil de 1998 poderia ter sido evitada, por meio de diálogo entre o Chefe do Estado das Forças Armadas, o Presidente da República e a Assembleia Nacional Popular.

É bom lembrar que, até a guerra de 1998, boa parte dos militares e governantes são pessoas que participaram da luta da libertação nacional. Durante a colonização, a luta foi o único caminho encontrado para pôr fim ao colonialismo, mas o que deve ser levado em consideração é que, se no passado a luta ajudou a pôr fim ao domínio português, atualmente isso não pode e nem deve servir de exemplo para resolver os problemas políticos, e principalmente em um país democrático, afinal, trata-se de épocas, realidades e problemas diferentes. A Guiné-Bissau passou por uma luta de libertação nacional para conseguir a sua independência, o que, por vezes, acaba influenciando de forma negativa, ou seja, ao invés de ser visto como um ato que aconteceu no passado porque não havia outra forma de pôr fim ao colonialismo e deixar que fizesse parte apenas da história, e do exemplo para ver como os heróis nacionais lutaram e labutaram para libertar o seu povo, muitas vezes é usada para se defender dos golpes.

Outro ponto que vale ressaltar é a força que os países europeus ainda têm na África em quase todas as áreas; os países se tornaram independentes, mas ainda continuaram sendo dependentes dos países europeus. Ainda existe

interesses muito fortes dos países europeus em relação à África, que, muitas vezes, acabam causando graves problemas no país. Pode ser observada no caso de Casamansa, uma região que pertence ao Senegal, onde a pressão da França em relação à suspeita de tráfico de armas nessa região acabou causando uma grande confusão na política guineense, que originou uma guerra civil com consequências atuais.

A segunda causa está relacionada com as questões étnicas, pois, no país, existem mais de 20 etnias, o que, em certa época, influenciou na política, pois uma das etnias estava sendo mais beneficiada em relação às outras, causando vários problemas na política. Antes da chegada de Kumba Yala ao poder em 2000, não foi verificada abertamente a influência das questões étnicas na política como foi verificado durante o seu mandato. Em um país como a Guiné-Bissau, onde existem várias etnias, não podia existir um distanciamento muito grande, ou seja, uma etnia não deve ser mais beneficiada do que as outras; o fato das pessoas não pertencerem às mesmas etnias, não faz com que elas deixassem de pertencer ao mesmo território. O que deve ser levado em conta é o bem-estar do povo, e lembrar que todos são guineenses apesar de pertencerem a diferentes etnias. Isso é uma das causas que levou à destituição de Kumba Yala.

A terceira está relacionada com uma tentativa de golpe em 2010, que acabou causando a ida de MISSANG à Guiné-Bissau, uma missão Angolana com o objetivo de ajudar no setor de segurança, mas que acabou criando algumas contradições internas entre os líderes políticos guineenses. De acordo com as pesquisas, a presença de MISSANG no país não estava apenas apoiando o setor de segurança, mas estava levando armamentos ao país, o que não contentou alguns militares, e acabou criando um desentendimento entre alguns militares e o governo.

O que é visto na realidade leva a crer que o país ainda está longe de ser um país verdadeiramente democrático; existe somente uma democracia formal, constantemente violada. Pode ser visto ao longo do trabalho que, mesmo com a realização das eleições no país, para a escolha do presidente e de outros membros do governo, muitas das vezes, esses mesmos presidentes, e outros membros do governo eleitos pelo povo não conseguem chegar ao fim dos seus mandatos e acabam sendo destituídos por golpes de

Estado, e outros conseguem chegar ao poder por via de força, o que não poderia ocorrer em um país democrático.

O país teve a sua independência antes de estar preparado para se enquadrar no modelo de Estado moderno trazido pelos colonizadores. Na história da Guiné, pode ser observado que, quando o país se tornou independente, ainda havia uma taxa muito elevada do analfabetismo e poucos quadros. Outro aspecto que atrapalha muito a política do país é a ambição e luta pelo poder. Chegando ao fim desse trabalho pode-se perceber que a nossa hipótese, na verdade, tem a ver com a situação política do país; a guerra civil de 1998 foi um produto de um processo da independência como foi dito no trabalho. Outro ponto é a ambição do poder das elites nacionais que são uma das bases das disputas que causaram as sucessivas crises políticas no país.

Referências Bibliográficas

ANTONIO, Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

AUGEL, Parente Moema. **O Desafio do Escombros**: nação identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Editora Gramond Ltda. 2007.

AZEVEDO, Licínio. RODRIGUES, Paz da Maria. **Diário Da Libertação**: A Guiné-Bissau da Nova África. São Paulo: Editora Versus LTDA, 1971.

TEIXEIRA, Duma Ricardo. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau 1999-2000**. S/D

Disponível em:

<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>. Acessado em: 13 de dezembro de 2015.

LOPES, CARLOS. Etnia. **Estado e Relações De Poder na Guiné Bissau**. 70. ed. Lisboa Portugal: Editora GUIDE, 1982.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral Do Estado**. Atualizado por Neto Maluf Alfredo Miguel. 30 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

ROBERT, Cinthia. MAGALHAES, de Quadros Luiz José. **Teoria do Estado Democracia e Poder Local**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.

KRADER, Lawrance. **A Formação do Estado**. Tradução, Regina Lucia M. Morel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

Sites:

<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

<http://www.portaldeangola.com/2012/01/o-golpe-de-estado-de-14-de-novembro-de-1980/>

http://www.irinnews.org/report/95341/guinea-bissau-chronology-nho_de_201of-instability

http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_4_art_2_1.html

Acessado em: 23/09/2015 (cantanheza)

www.worldbank.com.br

www.anp.org.com

<http://www.stat-guinebissau.com>

Acessado em: 01/10/2015.

http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm

Acessado em: 01/09/2015

<https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>

<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>

<http://uniogbis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=10177&ctl=Details&mid=14656&ItemID=19455&language=pt-PT>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200002&script=sci_arttext

http://www.claudialima.com.br/pdf/A_GLOBALIZACAO_E_OS_PAISES_DO_ATUAL_CONTINENTE_AFRICANO.pdf